

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

PRISCILA GARCIA NUNES

Direito à Informação: as condições de acessibilidade no Arquivo
Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Porto Alegre
2012

PRISCILA GARCIA NUNES

Direito à Informação: as condições de acessibilidade no Arquivo
Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em
Arquivologia pela Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientadora: Prof^ª. Me. Rita de Cássia
Portela da Silva

Porto Alegre
2012

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

N972d Nunes, Priscila Garcia

Direito à Informação: as condições de acessibilidade no Arquivo Histórico de Porto Alegre
Moysés Vellinho / Priscila Garcia Nunes. 2012.

f. : il.

Orientadora: Rita de Cássia Portela da Silva.

Trabalho de conclusão (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do
Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Arquivologia. Porto
Alegre, 2012.

1. Acessibilidade. 2. Direito à Informação. 3. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés
Vellinho. I. Silva, Rita de Cássia Portela da. II. Título.

CDU: 930.25

PRISCILA GARCIA NUNES

**Direito à Informação: as condições de acessibilidade no Arquivo
Histórico de Porto Alegre** Moysés Vellinho

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em
Arquivologia pela Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Aprovado em: ____ de _____ de 2012.

Banca Examinadora

Prof^a. Me. Rita de Cássia Portela da Silva
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS
(orientadora)

Prof^a. Dr^a. Eliane Lourdes da Silva Moro
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS
(examinadora)

Prof^a. Me. Maria do Rocio Fontoura Teixeira
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS
(examinadora)

Aos meus pais, irmãos e a minha filha.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço fortemente à minha orientadora, a professora Rita, por me acolher e me auxiliar no momento em que eu mais precisei.

À professora Eliane Moro, que gentilmente me forneceu materiais e ideias preciosas.

À Diretora do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Arquivista Rosani Feron, e demais funcionários, pois me receberam com atenção, gentileza e presteza.

Aos meus pais, Enio e Magda, pessoas que me ensinaram que a bondade e humildade são essenciais para uma vida bem sucedida e mais feliz.

Aos meus irmãos, Sabrina e Stéfano, sempre me apoiando com palavras doces e motivadoras, mesmo que à distância.

A minha filha Sofia, que cada vez me faz ficar mais forte.

Aos colegas do INCRA, pelas vibrações positivas e palavras motivadoras.

Aos meus colegas de turma de Arquivologia da UFRGS.

Aos professores Jorge Vivar, Marlise Giovanaz, Maria do Rocio e Jeniffer Cuty, pelas manifestações de apoio aos meus estudos.

À Arquivista Karina Santos, a mensageira das notícias que mudaram as nossas vidas.

À Arquivista Medianeira Goulart, que sempre disposta me auxiliou.

A mais do que uma colega Arquivista, uma amiga: Ana Carolina, pessoa que sempre me acompanhou e nunca me deixou só na minha trajetória.

Aos meus familiares e amigos, que me auxiliaram nesta jornada.

Muito obrigada!!!!

“Imagine todas as pessoas compartilhando todo o mundo.”

(John Lennon)

RESUMO

O estudo deste trabalho tem o objetivo de verificar as condições de acessibilidade do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. O método utilizado foi de observação da instituição, de pesquisa documental e bibliográfica e a aplicação de um *checklist*, que é um instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas adaptado para a avaliação do Arquivo foco deste trabalho. Apresenta as políticas públicas federal, estadual e municipal relacionadas à questão da acessibilidade às pessoas com deficiência. Mostra alguns estudos sobre acessibilidade em unidades de informação. Descreve o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, expondo informações sobre seu histórico, finalidades, instalações e acervo. Verifica a situação atual das condições de acessibilidade do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Conclui que o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho necessita de funcionários capacitados para receber as pessoas com deficiência, como também precisa de investimento para que possa se adequar às normas técnicas existentes, para assim, disponibilizar suas instalações e acervo a todas as pessoas.

Palavras-chave: Direito à Informação. Acessibilidade. Pessoas com deficiência. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

ABSTRACT

The study of this work is to verify the conditions of accessibility of the Historical Archive of Porto Alegre Moysés Vellinho. The method used was observation of the institution, documentary and bibliographic research and application of a checklist, which is a tool for assessing the conditions of access in libraries adapted to evaluate the focus of this work file. Displays the federal policies, state and municipal related to the issue of accessibility to persons with disabilities. Shows some studies on accessibility of information units. Describes the Historical Archive of Porto Alegre Moysés Vellinho, exposing information about its history, purposes, facilities and collection. Checks the current status of accessibility conditions of the Historical Archive of Porto Alegre Moysés Vellinho. It concludes that the Historical Archive of Porto Alegre Moysés Vellinho need skilled employees to receive people with disabilities, also needs investment so you can fit the existing technical standards, thereby, its facilities and collection available to all people.

Keywords: Right to information. Accessibility. People with disabilities. Historical Archive of Porto Alegre Moysés Vellinho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista a partir dos fundos da área onde se localiza o AHMV. A casa número 1 fica à esquerda e a casa número 2 fica à direita	29
Figura 2 – Sala de recepção do usuário e de pesquisa	30
Figura 3 – Anexo à casa número 2	30
Figura 4 – Interior do anexo à casa número 2: acervo de documentos permanentes	30

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

FABICO – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

FADERS – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

NBR – Norma Brasileira

ONU – Organização das Nações Unidas

PCD – Pessoa com deficiência

SMACIS – Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo geral	14
1.1.2 Objetivos específicos	14
1.2 JUSTIFICATIVA.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE NO ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.....	17
2.2 ESTUDOS DE ACESSIBILIDADE EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO	23
2.3 ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO	26
2.3.1 Breve histórico do AHPAMV	26
2.3.2 Finalidades do AHPAMV	28
2.3.3 Instalações	28
2.3.4 Acervo	31
3 METODOLOGIA	33
4 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO AHPAMV: SITUAÇÃO ATUAL	35
4.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA.....	35
4.2 ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS.....	39
4.3 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL.....	39
4.4 ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO	40
4.5 ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA	41
4.6 ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL.....	42
4.7 ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA	42
4.8 ACESSIBILIDADE ATITUDINAL.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO – CHECKLIST: AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS	50

1 INTRODUÇÃO

Conforme a Lei nº 8.159, de 1991, também conhecida como a Lei dos Arquivos: “É dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.” (BRASIL, 1991¹). Por consequência, os Arquivos Públicos, indispensáveis para o funcionamento de um governo, pois através deles é que se desenvolvem experiências para futuras ações governamentais, são ricas fontes de cultura e informação. Portanto, as técnicas arquivísticas aplicadas ao tratamento da documentação, que reflete a origem e desenvolvimento de uma instituição, contribuem para o objetivo final dos Arquivos: o acesso às informações.

Neste contexto, políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal estão sendo desenvolvidas para consolidar o direito à informação de forma igualitária e plena a todos os cidadãos. Assim, promover a igualdade de oportunidades favorece o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e o exercício da cidadania. Desta maneira, propiciar o acesso às informações desencadeia a construção do conceito de acessível para as pessoas, sendo respeitada toda e qualquer diversidade.

Acessar as informações de um Arquivo Público, partindo do pressuposto que cabe à Administração Pública atender às demandas dos cidadãos e cidadãs, é um direito garantido e reconhecido como um direito humano fundamental. Na prática, essas instituições devem estar preparadas, organizadas e acessíveis, proporcionando condições para receber o público. Entretanto é necessário que haja condições de acesso para as pessoas, incluindo, também, às que possuem algum tipo de deficiência.

O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV), foco deste trabalho, deve estar adequado para receber o público, respeitando as diferenças e diversidades gerando, então, o sentimento de inclusão. Possuindo em seu acervo documentos que remontam a história de Porto Alegre, o AHPAMV é uma rica fonte de pesquisa, onde há a documentação pública permanente, a qual remete à memória da Cidade. Nesse sentido, devem ser garantidas as mesmas condições de

¹ Documento eletrônico não paginado.

acesso ao conhecimento, de atendimento e de acessibilidade aos pesquisadores, inclusive aos usuários com deficiência.

O conceito de acessibilidade ainda está sendo construído pela sociedade e a diversidade do público pesquisador nos Arquivos é desafiadora, pois os espaços e seus profissionais atuantes devem estar em constantes atualizações, correspondendo, então, à proposta de ser um local acessível, aberto a todos os cidadãos, atendendo às suas expectativas e necessidades.

Este tema, obviamente, envolve uma série de questões, principalmente no tocante aos direitos fundamentais dos cidadãos garantidos pela Constituição brasileira e recentemente regulamentado pela Lei Federal nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011. Diante disto, a partir do estudo das políticas públicas no âmbito municipal, estadual e federal, da legislação e das normas específicas sobre acessibilidade, aplicadas à observação da realidade da instituição, será apresentada uma análise da realidade atual das condições de acessibilidade do AHPAMV, e, conseqüentemente, sugestões serão lançadas, para potencialização do atendimento.

Neste contexto, é pertinente a pergunta: O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho possui condições de acessibilidade para atender adequadamente, no processo de pesquisa, as pessoas com deficiência?

1.1 OBJETIVOS

Exposta a problemática deste trabalho, seguem os seguintes objetivos:

1.1.1 Objetivo Geral

O trabalho tem como objetivo principal verificar as condições externas e internas de acessibilidade no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

1.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

a) Observar o entorno e as instalações físicas do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, levando em conta as principais barreiras ambientais,

arquitetônicas e atitudinais;

b) Identificar as principais barreiras ambientais, arquitetônicas e atitudinais em relação à acessibilidade do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho;

c) Analisar a realidade do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho em relação à acessibilidade com possibilidades de adequações;

d) Validar o *Checklist*, instrumento de avaliação de acessibilidade em bibliotecas, criado por NICOLETTI (2010), aplicado ao Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

1.2 JUSTIFICATIVA

Os Arquivos são locais que concentram diversas informações dispostas em documentos em diferentes suportes, as quais serão gerenciadas arquivisticamente e disponibilizadas ao acesso. Portanto, os funcionários de um Arquivo possuem a função de gerenciar as informações e promover a disseminação dessa informação de forma rápida e eficaz a todos os usuários e em igualdade de condições. Desta forma, é necessário que haja a preocupação com todos os possíveis usuários, inclusive àqueles que possuem algum tipo de restrição. Por consequência, a inclusão de pessoas com deficiência em Arquivos traz um desafio às adequações físicas, como também ao desenvolvimento de políticas públicas e a sensibilização da sociedade.

A ideia é tentar escapar do estereótipo atribuído ao profissional Arquivista, conhecido como mero guardião de papéis dispostos em ordem alfabética e, também, tentar ir mais adiante desse senso comum. É poder mostrar que o Arquivista, além de possuir a função tecnicista dentro das instituições arquivísticas, também é um ser intelectual e um profissional que possui uma função social.

A partir das pesquisas iniciais para a realização do projeto deste trabalho sobre a acessibilidade em um Arquivo Histórico Municipal, verificou-se uma grande carência dessa discussão entre os Arquivistas, tornando-se mais motivadora a realização desta monografia.

O presente estudo da verificação das condições de acessibilidade no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, tem a função de contribuir com a instituição, tentando trazer à tona as questões de acessibilidade, que atualmente é alvo de novas implementações governamentais. Neste contexto, este trabalho visa

apresentar a realidade do AHPAMV no âmbito das questões relacionadas à acessibilidade. O pleno direito ao acesso à informação, considerado um direito humano fundamental e por ser um assunto urgente e necessário no ambiente arquivístico, a verificação da realidade do AHPAMV justifica-se pela possibilidade da criação de uma nova visão, de novos olhares e do sentimento construído do conceito de inclusão.

Esta possibilidade de amadurecimento por parte dos Arquivistas e funcionários traz um novo caminho à acessibilidade plena e ao exercício dos nossos direitos assegurados pela Constituição Federal. Diante disto, alcançar condições de acessibilidade significa conseguir a equiparação de oportunidades em todas as esferas da vida. O funcionamento deste processo, ou seja, desta jornada ao pleno acesso à informação rumo ao reconhecimento dos nossos direitos como cidadãos, visando a redução de desigualdade, a promoção da igualdade plena e a efetiva inclusão, não é imediata. É necessário, então, qualidade e comprometimento para a sua realização.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para dar prosseguimento e melhor entendimento ao assunto abordado, é imprescindível que haja a fundamentação teórica deste estudo.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE NO ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

A favor da dignidade e igualdade entre todos, o Brasil participou da elaboração e da aprovação da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, consolidando a importância dos Direitos Humanos no país, direitos de todos os cidadãos. Desta forma, as pessoas com deficiência estarão em condições de exercer a cidadania, garantindo o gozo dos seus direitos fundamentais e respeito a sua dignidade humana.

O resultado do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, seja física, visual, auditiva ou mental, permanente ou momentaneamente, o que corresponde a 14,5% da população brasileira, que era de 169,8 milhões no ano de 2000. Desses dados, extrai-se a necessidade de atenção a este assunto por parte da sociedade e dos governantes. O conceito de acessibilidade deve ser construído, entendido e aplicado por todos.

Assim, a partir da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual teve aprovação pelo Congresso Nacional em 2008, documento este que emenda a Constituição Brasileira, prevê-se o repúdio à discriminação e à desigualdade, onde cada Estado possui o dever de promover a inclusão de forma igualitária para as pessoas, favorecendo o acesso a todas as oportunidades para a população. Neste contexto, cabe observar os princípios desta Convenção (BRASIL, 2007, p. 17):

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas.
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;

h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

Desta forma, propiciar acessibilidade às pessoas com deficiência significa possibilitar condição de alcance, percepção e entendimento. Diante disto, é inevitável que as pessoas com deficiência necessitem de espaços acessíveis, ou seja, ambientes que propiciem a inclusão dessa população nos mais diversos locais, como no trabalho, nas escolas e Universidades, em áreas de lazer e culturais.

Dentro deste panorama, os governos nas esferas federal, estadual e municipal vêm atuando na questão da acessibilidade, visando assegurar e garantir às pessoas com deficiência seus direitos de equiparação de oportunidades necessárias à afirmação da cidadania e à inclusão social. Para a efetivação desse processo, as políticas públicas de acessibilidade contribuem determinadamente para essas garantias a esse público diferenciado e numeroso.

Apesar de recentes, são diversas as leis e decretos que versam sobre acessibilidade. Adiante, são apontadas algumas medidas norteadoras da legislação brasileira, as quais dispensam especial atenção às necessidades das pessoas com deficiência, propiciando o seu bem estar e a inserção no convívio social, primando a sua independência e autonomia.

É conveniente que sejam constatados os direitos das pessoas com deficiência a partir dos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados. Neste contexto, DALLASTA (2005)² ratifica essa afirmação a partir da Constituição Federal de 1988:

[...] no título referente aos Princípios Fundamentais (artigos 1º a 4º), bem como no referente aos Direitos e Garantias Fundamentais (artigos 5º e 6º), ambos da Constituição Federal de 1988, encontra-se o fundamento das questões abordadas, através dos princípios norteadores da República Federativa do Brasil, a qual se constitui em um Estado Democrático de Direito, com fundamento na cidadania e na dignidade da pessoa humana, cujos objetivos são a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, através da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e, acima de tudo, preza pela prevalência dos direitos humanos, da igualdade e da liberdade. Ainda, em relação às pessoas portadoras de deficiência, a Constituição Federal proíbe a construção de barreiras nos logradouros e edifícios de uso público, bem como prevê a adaptação dos veículos de transporte coletivo, de modo a torná-los acessíveis aos portadores de deficiência física, dispondo, inclusive, acerca da competência para tal mister (artigos 23, II, 227, §2º, e 244).

² Documento eletrônico não paginado.

Em outubro de 1989, é publicada a Lei Federal nº 7.853, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Nesta lei são apontadas medidas de adoção e execução de normas que garantam o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência e sua efetiva integração social, como se pode observar:

Art. 2º. Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 1989)³.

Em dezembro de 1999, o Decreto Federal nº 3.298 regulamenta a Lei nº 7.853 de 1989 e prevê detalhadamente a questão da acessibilidade para pessoa com deficiência em lugares públicos ou privados, quando destinados ao uso coletivo. A partir deste decreto, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, terminologias são observadas e definidas, assim como requisitos mínimos de acessibilidade são exigidos de acordo com as normas técnicas da ABNT.

Ainda no âmbito federal, em novembro de 2000, é publicada a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Em seguida, em dezembro do mesmo ano, foi publicada a Lei nº 10.098, que promove a acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

O Decreto Federal nº 5.296, de dezembro de 2004, regulamenta as leis 10.048 e 10.098 e estabelece prazos, a partir da sua publicação, para que todos os dispositivos contidos neste decreto possuam condições de acessibilidade. A norma

³ Documento eletrônico não paginado.

técnica da ABNT 9050, de 2004, estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, tornando-se a norma padrão e de obrigatória aplicação.

Diante dessas principais leis e decretos elencados anteriormente, nota-se a preocupação crescente das políticas públicas. A partir disto, Planos dos direitos das pessoas com deficiência foram instituídos nos governos federal, estadual e municipal, objetivando proporcionar maior dignidade e, conseqüentemente, a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. A seguir, são citados os principais programas e ações governamentais quanto da promoção de acessibilidade.

Instituído pelo Decreto Federal nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – *Plano Viver sem Limite* possui a “finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo”. Juntamente com os Estados, Distrito Federal, Municípios, e com a sociedade, o Plano Viver sem Limite é executado através do Governo Federal.

O Plano Viver sem Limite possui seu foco principal ao acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade e possui as seguintes diretrizes (BRASIL, 2011)⁴:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo;

II - garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado;

III - ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional;

IV - ampliação do acesso das pessoas com deficiência às políticas de assistência social e de combate à extrema pobreza;

V - prevenção das causas de deficiência;

VI - ampliação e qualificação da rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência, em especial os serviços de habilitação e reabilitação;

⁴ Documento eletrônico não paginado.

VII - ampliação do acesso das pessoas com deficiência à habitação adaptável e com recursos de acessibilidade; e

VIII - promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva.”

Através das diretrizes do Plano Viver sem Limite, o governo federal possui o objetivo de adotar todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Desta forma, existe um Comitê Gestor do Plano, que define as políticas, programas e ações, fixa metas e orienta a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação deste Plano. Complementando seu melhor funcionamento, compete ao Grupo Interministerial de Articulação e Monitoramento do Plano Viver sem Limite promover a articulação dos órgãos e entidades envolvidos na implementação do Plano, com vistas a assegurar a execução, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

Proposta gerada a partir do Plano Viver sem Limite é instituído através do Decreto Estadual 48.964, de 30 de março de 2012, o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – *Plano RS sem Limite*, sendo a política pública direcionada às pessoas com deficiência, que é executada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e estabelece metas e previsões orçamentárias para sua execução até 2014.

O governo estadual, preocupado com as questões de acessibilidade da atualidade e com o objetivo de incluir as pessoas com deficiência na sociedade, passou a buscar estratégias para tentar eliminar as barreiras arquitetônicas e promover a acessibilidade no sentido de proporcionar o direito às pessoas com deficiência de transitar a todo e qualquer espaço privado ou público.

Vinculada à Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul, a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS), é o órgão que articula e coordena a política pública para pessoas com deficiência e para pessoas com altas habilidades, além de propor implementações no Plano Estadual RS sem Limite.

Neste contexto, as diretrizes do Plano RS sem Limite seguem a mesma base proposta no Plano Viver sem Limite, as quais contemplam a garantia de

inclusão, ampliando acesso das pessoas com deficiência nos mais diversos locais e promovendo acessibilidade arquitetônica e cultural a todos.

O Plano RS sem Limite possui quatro eixos centrais: acesso à educação, onde haverá a disponibilização de transporte escolar acessível para alunos com deficiência, capacitação de professores, potencializando o atendimento dos alunos com deficiência, e adequação dos espaços físicos das escolas públicas, como também a aquisição de equipamentos com recursos tecnológicos especializados para alunos com deficiência; atenção à saúde, onde serão desenvolvidas atividades de prevenção às deficiências e atendimento odontológico, entre outros; inclusão social, onde as pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza, abandono e marginalização serão estimuladas ao convívio social e tendo acesso à assistência social, saúde e ao mercado de trabalho; acessibilidade, onde edificações adaptadas com acessibilidade serão construídas.

Das políticas públicas no âmbito municipal, em julho de 2005, foi criada a Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social vinculada à Prefeitura de Porto Alegre. Esta Secretaria possui o objetivo de planejar, coordenar e controlar as políticas públicas voltadas à inclusão social das pessoas com deficiência. Em fevereiro de 2012, esta Secretaria passou a se chamar Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social (SMACIS), possuindo a principal atribuição de atender as demandas das pessoas com deficiência, desenvolvendo ações e programas voltados à acessibilidade.

Anterior à regulamentação do Decreto Federal nº 7.612, de 2011, que instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver Sem Limite, a Prefeitura de Porto Alegre instituiu, no ano de 2000, o Guia de Direitos e Serviços para Pessoas com Deficiência. Este Guia apresenta informações sobre os instrumentos da política pública do município de Porto Alegre voltadas ao público com deficiência, reforçando multiplicar o conceito de igualdade de direitos a todos. Ainda neste Guia, é ressaltada a legislação vigente, assim como informa os serviços e espaços oferecidos ao público com deficiência na cidade de Porto Alegre.

Além do Guia, há uma vasta legislação municipal acerca da acessibilidade às pessoas com deficiência, sempre visando à igualdade de tratamento a todos, primando pela acessibilidade universal e, conseqüentemente, a inclusão social. Desta forma, em agosto de 2011, foi instituído o Plano Diretor de Acessibilidade de Porto Alegre, o qual discorre sobre normas gerais e critérios básicos para a

promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. As normas técnicas da ABNT referentes à acessibilidade são instrumentos base na aplicabilidade e funcionalidade deste plano diretor, onde locais de uso públicos ou privados, como calçadas, edificações e logradouros, transporte público, escolas, estacionamentos, sanitários, bebedouros, elevadores e tantos outros ambientes, inclusive àqueles de importância cultural, estão assegurados quanto às garantias de acesso.

2.2 ESTUDOS DE ACESSIBILIDADE EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, surgiu como um alerta à consciência humana contra as crueldades ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial. Na tentativa pela paz e pela convivência entre as diferentes raças, nações, religiões, entre outros, a Declaração Universal dos Direitos do Homem explicita em seu texto os direitos fundamentais, civis, políticos e sociais de que devem gozar todos os seres humanos, sem discriminação de raça, sexo, nacionalidade ou de qualquer outro tipo, qualquer que seja o país que habite ou o regime nele instituído. Ou seja, o preceito da igualdade, dignidade humana, liberdade, justiça, direitos iguais e inalienáveis são fundamentos principais desta Declaração e a partir destes acontecimentos é que a mentalidade humana, aos poucos, vai ampliando seu comprometimento em relação aos Direitos Humanos.

Diante disto, a partir da metade do século XX, a ideia de igualdade entre os direitos dos cidadãos vem sendo cultivada, trazendo à tona a noção de inclusão, embora ainda não muito clara à sociedade. As diferenças entre as pessoas devem ser respeitadas, cada uma com sua diversidade e valores reconhecidos. Segundo CARDOSO (2010)⁵:

A partir dos anos 70, muitas tecnologias começaram a estar disponíveis no mercado para atender as necessidades das pessoas com deficiências. Designers começaram a desenvolver os primeiros sistemas de sinalização em Braille e aumentaram as informações escritas para possibilitar a leitura também por pessoas com demais deficiências e/ou restrições. Pesquisadores desenvolveram uma melhor compreensão de legibilidade relacionando-a com o uso da cor, contraste, tipo e tamanho da tipografia empregada. Aos poucos, a preocupação com a acessibilidade começou a surgir no momento do desenvolvimento do projeto arquitetônico e muitas

⁵ Documento eletrônico não paginado.

organizações começaram a reivindicar a proteção dos direitos dos usuários de “navegar” com autonomia em um mundo inacessível.

A partir dessas reivindicações, movimentos e rompimentos das barreiras arquitetônicas, de novos olhares em atenção às pessoas com deficiência, em fase ainda de consolidação, porém não menos importante, foram surgindo produtos e serviços direcionados a essas pessoas, como também, a legislação e normatização referente à acessibilidade.

Nesse contexto e ainda recentes, estudos que abordam a questão da acessibilidade estão surgindo e auxiliando na construção dos conceitos de acessibilidade, de inclusão e, principalmente, na exposição das experiências vividas, mostrando à população a importância do esforço de tentar quebrar as barreiras de preconceitos, tentando entender que todas as pessoas possuem direitos iguais de ir e vir. O exercício de se colocar no lugar do outro, tentando entender as suas fragilidades e limitações, auxilia no entendimento dessa realidade. Desta forma, discutir sobre acessibilidade é um grande desafio, pois seu conceito é muito mais amplo e vai além da simples adequação dos espaços físicos e edificações. Essa conceituação permeia aspectos culturais, atitudes humanas, preconceitos, políticas públicas, interesses, fruição dos direitos como cidadão adquiridos e assegurados pela Constituição Federal. Nesse sentido, CARDOSO (2010) argumenta:

Sabe-se que a acessibilidade está relacionada com a prática da inclusão, que se refere à possibilidade de participação das pessoas na sociedade em condições de igualdade e sem discriminação. Para tanto é necessário garantir total acesso aos mais variados locais e atividades, eliminando as diversas barreiras existentes que comprometem a participação de todos.

Percebe-se a preocupação por parte do governo, como já tratado na seção anterior, quanto às políticas públicas de acessibilidade às pessoas com deficiência. Posto isto, cabe ressaltar um dos principais eixos dessas políticas, o acesso à educação e a consequente inclusão social. As pessoas com deficiência possuem direitos à educação, como qualquer outra pessoa, e é dever da família e do Estado incentivar tal atitude, visando seu pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Para isto, as unidades de informação, responsáveis pela transmissão das informações devem estar adequadas, dispondo de acessibilidade arquitetônica e demais recursos tecnológicos, proporcionando melhor atendimento às pessoas com deficiência.

Entretanto, a realidade encontrada é muito diferente da ideal e esperada. Apesar da legislação vigente e a existência das normas técnicas referentes à acessibilidade, grande parte das unidades de informação estão ainda em condições não adequadas, excluindo em grande parte o público com deficiência. Como é observado em algumas pesquisas existentes sobre acessibilidade, a primeira barreira às pessoas com deficiência é o desconhecimento por parte dos responsáveis e demais funcionários da unidade de informação, da quantidade dos usuários com deficiência e da existência de diferentes tipos de deficiência, demonstrando a falta de realização de estudos de “identificação de hábitos, necessidades e segmentação de usuários. É por meio deste canal de comunicação que o bibliotecário [responsável pela unidade de informação] pode adequar a biblioteca [unidade de informação] à comunidade a qual serve.” (EMANUELLI, 2009, p. 48).

Outra questão recorrente é a problemática da disponibilidade de transporte urbano coletivo adaptado para receber o público com deficiência. O deslocamento até a unidade de informação, seja uma biblioteca, um arquivo ou um museu, deve ser atendido pelo transporte coletivo acessível. Assim como, o deslocamento da área de embarque e desembarque do transporte coletivo até a unidade de informação deve estar em rota acessível e seu percurso livre de obstáculos, assim como prevê a norma técnica NBR 9050. Neste contexto, os locais públicos também devem dispor de vagas para estacionamento reservados para pessoas com deficiência, devendo estar devidamente sinalizados.

Muitos são os itens que devem constar em um ambiente acessível. Nesse sentido, existe uma série de quesitos básicos para um local estar devidamente adequado e acessível no atendimento do público com deficiência, como expõe NICOLETTI (2010, p. 25):

- Acessibilidade arquitetônica: não há barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos ou nos meios de transporte individuais ou coletivos;
- Acessibilidade comunicacional: não há barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta apostila, incluindo textos em braile, uso de computador portátil) e virtual (acessibilidade virtual);
- Acessibilidade metodológica: não há barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística, etc.) e de educação dos filhos (familiar);
- Acessibilidade instrumental: não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional) e de lazer ou recreação (comunitária, turística ou esportiva);

- Acessibilidade programática: não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias) e normas ou regulamentos (institucionais e empresariais, etc.);
- Acessibilidade atitudinal: não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Após o levantamento bibliográfico da autora, em razão da complexidade do tema de acessibilidade e na tentativa de abranger todas as dimensões possíveis deste assunto, foram incluídos mais dois quesitos: acessibilidade ao mobiliário e equipamentos e acessibilidade à informação. (NICOLETTI, 2010, p. 47).

A partir dos quesitos apontados acima, observa-se que a questão da acessibilidade abrange muitas áreas e em diversos contextos, demonstrando a complexidade do tema.

2.3 ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO (AHPAMV)

O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV) pertence à Coordenação da Memória Cultural da Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Está localizado na Avenida Bento Gonçalves, 1129, Bairro Santo Antônio, em Porto Alegre/RS e possui os seguintes horários de atendimento ao público: de segunda à sexta-feira, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

2.3.1 Breve histórico do AHPAMV

No século XVIII, ainda um povoado pertencente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Porto dos Casais foi desmembrado da Freguesia a que integrava tornando-se uma nova Freguesia, e passou a se chamar Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. Em seguida, em 1773, novamente seu nome foi alterado para Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Somente em 1808, em razão do alvará do Príncipe Regente, D. João, é que a Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre é elevada à condição de Vila.

A partir de 14 de novembro de 1822, quando a então Vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre é elevada a categoria de cidade, começam a surgir preocupações quanto à conservação e guarda dos documentos públicos do

município de Porto Alegre. Neste contexto, o AHPAMV possui suas origens no Arquivo da Câmara Municipal que, em meados de 1830, providencia a construção de um móvel adequado para guarda dos documentos e, em 1841, aprova a contratação de uma pessoa para a escrituração da documentação. Anos mais tarde, em 1896, atos instaurados pela Secretaria da Intendência regulamentam a inspeção do Arquivo da Intendência, assim como, delegam competência aos chefes de secção de enviar para o Arquivo documentos que não eram mais necessários ao serviço corrente da secção. Assim, surge a figura do arquivista, pessoa responsável pelo gerenciamento da documentação, inclusive com atribuições determinadas pela Diretoria Central da Secretaria da Intendência. Em 1925, é nomeado o arquivista da Intendência fornecendo uma visão de organização dos serviços da Intendência Municipal.

A partir de julho de 1928, surgem novas preocupações por parte da Intendência quanto à organização de uma Biblioteca e à reorganização do Arquivo Municipal, visando facilitar a consulta de livros e documentos. Assim, surge a Diretoria de Arquivo e Biblioteca e, em 1939, é criado o cargo de auxiliar de arquivista, com o objetivo de dar mais atenção na organização do Arquivo.

Em razão da Lei nº 1.413, de junho de 1955, que reorganiza os serviços da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Diretoria do Arquivo e Biblioteca foi modificada, tornando-se Serviço de Documentação. Desta forma, a documentação considerada de valor histórico era armazenada no mesmo local que a biblioteca especializada.

Após várias mudanças de local, a partir de 1972, o acervo documental de caráter histórico, começou a ser restaurado e ter seus fundos documentais classificados. Em 1973, informalmente, é criado o Arquivo Histórico de Porto Alegre, o qual era encarregado do inventário, da classificação e catalogação dos documentos e, em 1975, surgem registros de consulentes da documentação.

Em 1988 é oficialmente criado o Arquivo Histórico vinculado à, então instituída, Secretaria Municipal da Cultura. Em 1989, a Lei nº 6.387 regulamenta o nome do Arquivo, sendo chamado desde então de Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Em dezembro do mesmo ano

E, somente em 1994, que as instalações do Arquivo Histórico foram fixadas de forma definitiva.

2.3.2 Finalidades do AHPAMV

O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho é a instituição que é responsável pelo recolhimento, conservação, preservação, organização, recuperação e/ou restauração e disponibilização de documentos de valor histórico, principalmente do Poder Executivo e Legislativo municipal, provenientes da administração da Prefeitura de Porto Alegre. O acervo conta com aproximadamente um milhão e 500 mil documentos, constituído por documentos textuais e cartográficos, datados de 1764 até a década de 1990, os quais mostram todo o desenvolvimento do município e da população, remontando a história e identidade dos cidadãos porto-alegrenses.

O acervo disponibilizado ao público se torna um instrumento cultural bastante importante, para que as pessoas possam conhecer a cidade e ao mesmo tempo exercer a cidadania e democracia, através do acesso à informação. Além disso, o AHPAMV conta com um Programa de Educação Patrimonial direcionado ao público estudantil, com o objetivo de conscientizar a necessidade de preservação de bens patrimoniais documentais, culturais e naturais. Além deste programa de educação patrimonial, o AHPAMV também realiza visitas guiadas à comunidade, fornecendo informações sobre a instituição e história da cidade de Porto Alegre.

2.3.3 Instalações

Os dois casarões, onde atualmente fica localizado o AHPAMV, na Avenida Bento Gonçalves, se encontram numa área de 5.694 metros quadrados e suas construções datam do final do século XIX. A área está, embora ainda não regulamentada, listada no Inventário de Patrimônio Histórico de Porto Alegre.

Os casarões, hoje reformados mantendo-se suas fachadas originais, já abrigaram diversos Colégios, entre eles a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Inácio Montanha até 1943 e o Colégio Estadual Apeles Porto Alegre até 1976. A partir de 1977, as casas serviram como Sede do Movimento Tradicionalista Gaúcho e a Sociedade Cultural Beneficente Recreativa Trevo de Ouro.



Figura 1 – Vista a partir dos fundos da área onde se localiza o AHMV. A casa número 1 fica à esquerda e a casa número 2 fica à direita.

Fonte: Ricardo Stricher (2009)

Em dezembro de 1989, através da Lei nº 6.558, os prédios foram tombados e foi proposta a recuperação dos prédios com o objetivo de abrigar as instalações do AHPAMV. O tombamento ainda não foi legalizado, porém as obras de reforma de um dos casarões, chamada de casa número 2, teve início no ano de 1991.

A partir de 1994, a casa número 2 abriga o AHPAMV, onde atualmente desenvolve suas atividades em local fixo e apropriado. Mais adiante, em 1999, foi construído um anexo à casa número 2, com o objetivo de acondicionar climaticamente a documentação. No ano seguinte, a casa número 1 também foi reformada.

Na casa número 1 está provisoriamente sendo utilizada pela Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural e apenas o porão é utilizado pelo AHPAMV, onde é armazenada a documentação do Poder Executivo Municipal ainda não selecionada.

Na casa número 2, onde funciona efetivamente o AHPAMV, é dividida em vários ambientes. No subsolo é localizado o laboratório de restauração de documentos, assim como ocorre a realização das atividades dos projetos de educação patrimonial e outras atividades culturais. No térreo da casa número 2, é o local onde fica a sala de pesquisa, recepção do usuário, a biblioteca e a sala dos funcionários.



Figura 2 – Sala de recepção do usuário e de pesquisa.
Fonte: Ricardo Stricher (2009)

Compondo ainda a casa número 2 do AHPAMV, há o mezanino, espaço destinado para o desenvolvimento das atividades de educação patrimonial, bem como abriga os técnicos responsáveis por este projeto. O anexo à casa número 2, há a documentação histórica armazenada segundo as recomendações técnicas de preservação e conservação de documentos. É um ambiente climatizado, de acesso restrito e é conectado à casa número 2 através de um corredor.



Figura 3 – Anexo à casa número 2.
Fonte: Priscila Nunes (2009)



Figura 4 – Interior do anexo à casa número 2: acervo de documentos permanentes.
Fonte: Ricardo Stricher (2009)

O laboratório de restauração de documentos, instalado no subsolo da casa número 2, conta com a contratação de um funcionário, que fica responsável pela higienização, recuperação e restauração dos documentos que, por ventura, necessitem de reparo.

Na sala de pesquisa é realizada a recepção dos pesquisadores, assim como abrange uma biblioteca especializada e recortes de jornal, cujos assuntos referem-se à história da cidade de Porto Alegre, servindo de apoio à pesquisa aos usuários.

Instalada entre a sala de pesquisa e o anexo à casa número 2, a sala dos técnicos é o local onde os funcionários realizam os trabalhos de seleção, organização e acondicionamento dos documentos. Também, é o espaço de planejamento e controle, bem como são realizados os trabalhos administrativos e burocráticos da instituição.

2.3.4 Acervo

O acervo do AHPAMV é único, ou seja, é constituído de exemplares cujo manuseio e guarda devem ser feitos com extrema cautela. Os empréstimos não são permitidos, sendo apenas disponibilizados para consulta local.

O AHPAMV é uma instituição responsável por armazenar documentos públicos de valor permanente, ou seja, é constituído da documentação pública municipal acumulada organicamente a qual cumpriu sua função primária e que, depois de transcorridos todos os prazos determinados, são recolhidos ao arquivo permanente, chamando-se então de arquivos históricos. Porém, em razão da falta de critérios que padronizem o recolhimento de documentos permanentes, muitos documentos das diferentes unidades administrativas da Prefeitura de Porto Alegre são encaminhados ao AHPAMV, gerando a existência de documentos considerados em fase intermediária e em fase corrente.

Os documentos históricos estão organizados por fundos documentais, classificados e inseridos no quadro de arranjo baseado na estrutura da administração municipal. O acondicionamento da documentação é realizado conforme os aspectos e características físicas dos documentos.

Desta forma, são encontrados no AHPAMV os seguintes conjuntos documentais:

a) Documentos textuais e cartográficos: são diversos os documentos, dentre eles, manuscritos, datilografados, mimeografados e impressos, processos e dossiês. Existem documentos iconográficos, que são fotos, cartazes e folders. Já os documentos cartográficos são formados por mapas, plantas, cartas geográficas, hidrografia, topografia, geopolítica, levantamentos aerofotogramétricos e cadastrais,

de diversas áreas de Porto Alegre e região metropolitana. Complementando os documentos cartográficos, há a documentação referente ao planejamento urbano e edificações organizadas conforme a sua funcionalidade. O arquivamento de cerca de 8800 pranchas é feito em 13 mapotecas;

b) Fundo e coleção Privados: existem dois acervos privados no AHPAMV, recebidos por doação, são do conselheiro municipal Francisco Xavier da Costa e uma coleção, formada por textos e obras mantidas pela Capela Positivista de Porto Alegre;

c) Biblioteca especializada: está localizada na sala de pesquisa e é constituída por obras relacionadas à formação e ao desenvolvimento de Porto Alegre, bem como de bibliografia relacionada à Arquivologia, servindo de apoio aos pesquisadores. Além dos livros, também, são encontrados periódicos, teses, revistas, recortes de jornais e catálogos. Recentemente, foi incorporada à biblioteca, via doação, uma coleção de 2034 livros chamada coleção Walter Spalding. Esta coleção está acondicionada em arquivos deslizantes;

d) Hemeroteca: formada por uma coleção de jornais (compreendidos entre os períodos de 1835 até a década de 1980), almanaques, boletins e revistas. São 40 títulos, sendo a maioria deles de edição local, encadernados por períodos. Também, há na hemeroteca uma variedade de jornais e encartes avulsos, cabendo comentar que as coleções não estão totalmente completas;

e) Coleções da legislação: formada pela coleção da legislação federal (legislação compreendida de 1811 a 1822, de 1823 a 1882 e de 1894 a 1968), estadual (legislação compreendida nos períodos de 1857 a 1889 e de 1890 a 1973) e municipal (legislação referente ao período de 1892, ano em que ocorreu o Primeiro Ato do Intendente, até 1968).

O AHPAMV disponibiliza de publicações, os quais possuem o objetivo de servir como instrumento de pesquisa ao usuário. O Guia do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, publicado em 2009, visa prover subsídios para a rápida localização das informações existentes em seu acervo, disponibilizando dados sobre seu espaço cultural e natural. Neste sentido, o Guia apresenta a instituição, proporcionando ao público conhecimento sobre seu universo informacional e cultural.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, assumindo a forma de um estudo de caso. O trabalho possui abordagem qualitativa, onde foi realizado o levantamento bibliográfico e documental, pesquisa a campo e análise dos dados obtidos. Foi escolhido um Arquivo Público Municipal, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, que foi observado e investigado a partir da aplicação do *checklist* de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas, elaborado por NICOLETTI (2010), ponderando qualitativamente o atendimento das necessidades do público com deficiência.

O *checklist* utilizado para a realização deste trabalho foi escolhido por apresentar a maior quantidade de quesitos básicos para a verificação da acessibilidade. É um instrumento criado inicialmente para a verificação das condições de acessibilidade de bibliotecas e que pode, também, ser aplicado em outras unidades de informação, no caso, em um arquivo público municipal, o AHPAMV, objeto de estudo deste trabalho. O *checklist* original foi adaptado, trocando-se apenas o contexto biblioteca por arquivo. Através da aplicação deste *checklist* na instituição foco deste trabalho, foram reunidas as informações necessárias quanto à acessibilidade do Arquivo.

A pesquisa foi dividida em três etapas distintas, a saber: revisão bibliográfica; visita exploratória e coleta de dados; e análise e interpretação dos dados coletados.

Na primeira etapa, a de revisão bibliográfica, foi realizada a fundamentação teórica a partir de textos e trabalhos existentes sobre o tema de acessibilidade, como também, foi utilizada a pesquisa documental, contextualizada a partir da leitura de Leis, Decretos e Normas vigentes.

Na segunda etapa, foi realizada a visita exploratória e coleta de dados, onde, primeiramente, foi observado visualmente o local externo e interno do AHPAMV. Em seguida, os dados foram coletados a partir da aplicação de um instrumento de avaliação, o *checklist*, o qual contempla uma série de itens que avaliam as condições de acessibilidade do AHPAMV. O *checklist* é um instrumento de avaliação dividido por oito categorias de acessibilidade definidas por NICOLETTI (2010) e são elas: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade do mobiliário e equipamentos, acessibilidade comunicacional, acessibilidade à informação, acessibilidade

metodológica, acessibilidade instrumental, acessibilidade programática e acessibilidade atitudinal. Os itens de avaliação contidos no *checklist* foram compostos por questões fechadas, onde apenas uma das quatro possibilidades de resposta pôde ser marcada. As opções de preenchimento foram as seguintes: Sim (S), quando o item de avaliação foi atendido; Não (N), quando o item de avaliação não foi atendido; Parcialmente (P), quando o item de avaliação foi atendido parcialmente; Não se Aplica (N/A), quando o item de avaliação não se aplicou. Cabe ressaltar que o preenchimento do *checklist* foi dado pela observação do local e das instalações físicas, assim como da conversa com a responsável do AHPAMV.

Na terceira e última etapa, foi realizada a verificação dos dados coletados e a análise dos resultados obtidos, identificando a realidade atual em relação às condições de acessibilidade do AHPAMV e em seguida foram apontadas sugestões para um melhor atendimento ao pesquisador com deficiência.

4 AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO: SITUAÇÃO ATUAL

Os dados coletados foram obtidos a partir da aplicação do *checklist* de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (NICOLETTI, 2010) no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Como já referido na seção 3, que trata a metodologia utilizada neste trabalho, o contexto biblioteca, original contido no *checklist*, foi alterado para arquivo, por razões citadas anteriormente. O instrumento de avaliação possui oito seções, respectivamente: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade do mobiliário e equipamentos, acessibilidade comunicacional, acessibilidade à informação, acessibilidade metodológica, acessibilidade instrumental, acessibilidade programática, acessibilidade atitudinal.

4.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Esta seção verifica as condições de acessibilidade quanto à existência de barreiras ambientais e arquitetônicas nas edificações, nos meios de transporte coletivo e no entorno do AHPAMV, tais como: estacionamento, entrada da instituição, espaços internos, pisos, capachos, forrações, carpetes e tapetes, desníveis, degraus e escadas fixas, rampas, corrimãos, corredores e sanitários.

É de conhecimento do poder público que as linhas do transporte coletivo devem oferecer condições de acessibilidade aos usuários com deficiência. Conforme a Lei Federal nº 10.098 de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, no Art. 16 é estabelecido que “os veículos de transporte coletivo deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.”. A norma técnica da ABNT, a NBR 14.022, que trata sobre a acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros, estabelece critérios e parâmetros técnicos com o objetivo de propiciar condições de acessibilidade aos usuários com deficiência.

O deslocamento até o AHPAMV pode ser dado via transporte urbano coletivo (ônibus ou lotação). As empresas de ônibus e lotação utilizadas para o percurso até a instituição dispõem, em horários específicos, de veículos adaptados para receber o usuário com deficiência. Entretanto, no caso do usuário optar pelo

deslocamento via ônibus, o percurso entre o ponto de embarque/desembarque até o AHPAMV, independentemente de quem vem do Centro de Porto Alegre ou do bairro, é muito longo, em média de 200 metros. Além da extensa distância existente, o percurso (caminho) até a instituição, exclusivo para pedestres, é repleto de obstáculos não sinalizados, como: calçada irregular e sem rebaixamentos no meio-fio, buracos, pedras soltas e desníveis não tratados adequadamente. Desta forma, verifica-se que a trajetória até a entrada do AHPAMV não possui acessibilidade às pessoas com deficiência.

A entrada ao espaço ocupado pela instituição dá-se por um portão e o usuário tem duas opções de percurso até o prédio onde o pesquisador é recepcionado, localizado na casa número 2. Uma das opções é utilizar as escadas, que ficam à esquerda de quem entra no pátio, e a outra é subir uma ladeira de asfalto, ligeiramente íngreme, utilizada, também, para veículos. Não existe uma rota acessível específica para pessoas com deficiência.

No pátio da instituição existe estacionamento, porém não há vagas preferenciais para pessoas com deficiência e, por esta razão, não estão devidamente sinalizadas. Cabe ressaltar que o estacionamento é localizado em terreno inclinado e formado por paralelepípedos. Um item a ser observado é a possibilidade de vaga de estacionamento próxima à entrada secundária da casa número 2, entrada esta que é restrita aos funcionários do local e que pode ser utilizada como entrada para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A entrada principal da casa número 2, onde o pesquisador é recepcionado, é realizada somente através de escada. A entrada secundária, onde as pessoas com deficiência têm a possibilidade de ingressar ao interior do Arquivo, é formada por um percurso de piso plano em formato "L" (observado na Figura 1), o qual é guarnecido por corrimãos. O piso desta entrada possui um desnível, cuja altura deveria ser tratada em forma de rampa, conforme recomenda a NBR 9050. A maçaneta da porta é do tipo alavanca e está instalada na altura recomendada, porém a porta de acesso é de madeira e constituída por duas folhas, o gera a necessidade da ajuda de um funcionário para abri-la totalmente, para a obtenção do vão livre mínimo estipulado de 0,80m, caso haja a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas. Nota-se a total ausência de sinalização visual e tátil nas áreas de acesso e circulação do AHPAMV. Há no interior da instituição uma porta de vidro, que divide a sala dos

funcionários e a sala de pesquisa, a qual não possui faixa ao longo de toda sua largura que indique sua existência.

Nos espaços internos do AHPAMV, especificamente na sala de pesquisa e na sala dos funcionários, ambas localizadas na casa número 2 e totalizando uma área de 180,92 metros quadrados, há uma rota de circulação parcialmente acessível. Existe pouco espaço livre para circulação entre as mesas disponíveis para os pesquisadores, o que compromete o livre movimento das pessoas com deficiência nos espaços internos do AHPAMV, assim como a manobra de pessoa em cadeira de rodas. O pesquisador com deficiência necessita realizar muitos contornos para transitar na sala de pesquisa. Foi verificada a instalação de cortinas nas janelas, para o controle de iluminação, reflexo e radiação de calor, o que facilita a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão.

A casa número 2 não dispõe de telefone público, bebedouro adaptado e tampouco de sanitário adequado para atender pessoas com deficiência, conforme a NBR 9050 recomenda. A disponibilidade de sanitários acessíveis é fundamental para a utilização dos espaços dentro da instituição. Entretanto, somente a casa número 1 dispõe de um sanitário, somente para o público masculino, parcialmente adaptado e não sinalizado, de forma que não são contemplados todos os requisitos de acessibilidade previstos na norma técnica. O deslocamento da casa número 2 até a casa número 1 é dado por uma rampa ao ar livre, descoberta e sem corrimãos instalados nas duas laterais. Embora a largura da rampa esteja dentro dos parâmetros estabelecidos na NBR 9050, a ausência de corrimãos faz com que uma pessoa de cadeira de rodas necessite do auxílio de outra pessoa para se deslocar. Desta forma, a interligação entre as casas não está em rota acessível.

O piso no interior da casa número 2, na sala de pesquisas, é de madeira, plano, sem revestimentos e escorregadio, não possuindo nenhum recurso antiderrapante, como também não existem sinalizações táteis direcionais ou de alerta.

O mezanino existente na casa número 2, utilizado também para os projetos de educação patrimonial, é acessado somente via escada, cujos degraus não estão sinalizados, estando fora dos padrões estabelecidos pela NBR 9050. Não há uma rota acessível de acesso a este ambiente, pois não foi verificada a existência de elevador ou rampa, como deslocamentos alternativos.

O subsolo, também localizado na casa número 2, local das atividades de restauração de documentos e dos projetos de educação patrimonial e outras atividades culturais, não está em rota acessível. A pessoa em cadeira de rodas, para ingressar no subsolo, necessita sair ao ar livre e contornar a casa número 1, através de percurso formado por rampa, que está parcialmente contemplada por corrimãos, e também desviar dos obstáculos no piso, que está irregular, com buracos e vegetação.

Existem várias formas de contornar as dificuldades elencadas nesta subseção. Indiscutivelmente, deve ser revista a construção da rota de entrada ao espaço da instituição. Reformas nas edificações visando melhoria ao acesso à instituição podem ser apontadas, como: a reforma estrutural da calçada que dá acesso aos prédios, a construção de uma rota acessível para pessoas com deficiência, assim como a instalação de sinalizações visual e tátil. Um local acessível necessita ser identificado como tal, e para isso, existe a sinalização internacional de acesso, regulamentada pela NBR 9050. É necessária a colocação de piso tátil de alerta e direcional no interior do AHPAMV, assim como deixar o piso antiderrapante. Também, é importante dispor o mobiliário existente na sala de pesquisas de forma que seja criada uma rota de circulação acessível, livre de obstáculos.

Para a utilização e funcionamento adequado de qualquer instituição é de extrema importância que haja sanitários preparados para atender as pessoas com deficiência. A adaptação e sinalização dos banheiros existentes na casa número 2 para pessoas com deficiência são providenciais.

Outra observação a ser feita é a identificação das vagas reservadas para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Além de identificar as vagas, aplainar o chão, deixando-o livre de buracos e eventuais pedras soltas, garante a segurança das pessoas com deficiência.

Apesar da rampa que interliga a casa número 2 à casa número 1 estar dentro das medidas estipuladas, como já citado, é importante a instalação de corrimãos em ambos os lados do percurso, assim como redefinir a dimensão das grelhas no chão, que estão dispostas ao longo do deslocamento.

4.2 ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS

Nesta seção são verificadas as condições de acessibilidade quanto à existência de barreiras junto ao mobiliário e equipamentos, que estão localizados na parte interna do AHPAMV, tais como: balcão de atendimento ao usuário, mesas ou superfícies para trabalho, leitura e/ou estudo, computadores/terminais de consulta e estantes.

Nos mobiliários disponíveis na sala de pesquisa do AHPAMV, as barreiras ou dificuldades são mais evidentes e notáveis do que as facilidades. Não existe balcão de atendimento, apenas mesas para leitura e pesquisa. Algumas mesas utilizadas para leitura estão em conformidade com a NBR 9050, permitindo a aproximação frontal, porém não chegam a totalizar 5% do mínimo exigido especialmente para pessoas em cadeiras de rodas. Entretanto, não foi observada a faixa livre mínima de 0,90m de circulação no entorno de todas as mesas, sendo necessário desviar de cadeiras, mapotecas e arquivos de aço, existentes no local. As cadeiras para uso nas mesas de pesquisa são flexíveis para deslocamento, não sendo fixadas no chão.

O AHPAMV dispõe de computadores localizados na sala de pesquisa. Apesar de atenderem usuários em cadeira de rodas, não são adaptados de recursos tecnológicos que promovam a acessibilidade plena. A aquisição e instalação de computadores com sistemas específicos de acessibilidade dispostos em mesas que permitam a aproximação frontal podem facilitar a interação do usuário com deficiência no ambiente da instituição.

A biblioteca especializada existente no AHPAMV possui a distância mínima de largura entre as estantes de 0,90m, contudo, não foi observada a distância de 1,80m, a qual permite a mobilidade de até duas pessoas em cadeira de rodas.

4.3 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Esta seção verifica as condições de acessibilidade quanto à existência de barreiras comunicacionais no AHPAMV, a saber: sinalização dos espaços e serviços do Arquivo, considerações sobre a sinalização tátil, considerações sobre a sinalização sonora, considerações sobre a sinalização visual e sinalização de espaços e serviços acessíveis do Arquivo.

Existem as formas de comunicação e sinalização adotadas pela NBR 9050 e podem ser de três formas distintas: visual (através de textos ou figuras), tátil (através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo) ou sonora (através de recursos auditivos).

Durante a aplicação do instrumento de verificação das condições de acessibilidade do AHPAMV não foi constatada nenhuma sinalização informativa e direcional da localização das entradas acessíveis da instituição. O AHPAMV não dispõe de maquete visual impressa e tátil para orientação dos usuários quanto à localização dos diferentes ambientes existentes.

Na realidade, o AHPAMV não possui nenhum tipo de sinalização tátil e sonora em seus espaços, isto é, não existe nenhuma informação em Braille ou figuras em alto relevo, assim como nenhum alarme ou mensagem sonora para chamar a atenção do ouvinte. Foi verificada a sinalização visual no portão de entrada ao pátio do AHPAMV, o qual indica a entrada de pedestres, orientando a direção da sala de recepção do público pesquisador. Também, foi observada a sinalização visual da proibição de fumar no interior da instituição. As demais sinalizações visuais que identificam as mudanças dos ambientes no interior do AHPAMV, avisando sobre a localização de rota de fuga e da saída de emergência, assim como a informação sobre o funcionamento e serviços oferecidos pela instituição, não foram observadas.

Não há a sinalização internacional de acesso em nenhum local, tanto externo quanto interno do AHPAMV.

Uma solução para a essas dificuldades comunicacionais seria a colocação de placas informativas de cada mudança de ambiente dentro do AHPAMV, assim como dispor de sinalização tátil em Braille. A disponibilização de maquete visual impressa e tátil orienta o usuário com deficiência sobre a localização das diferentes áreas do Arquivo. A instalação de sinalização tátil, visual e sonora precisa ser urgentemente realizada.

4.4 ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO

Nesta seção são observadas as condições de acessibilidade quanto à existência de barreiras informacionais no AHPAMV.

O AHPAMV não disponibiliza as obras impressas em papel (livros, documentos, periódicos, jornais, mapas) em formato digital. Os documentos em formato digital podem ser processados por programas específicos que proporcionam a leitura e ampliação de tela ou a criação de versão sonora das informações, porém a instituição não disponibiliza desses recursos.

Os mapas, fotografias e outros documentos não textuais, cujas informações são essencialmente visuais, não estão disponibilizados em versão visual ampliada, sonora ou tátil.

Não há nenhum documento disponibilizado em Braille no acervo do AHPAMV. Neste contexto, foi verificado que a instituição não possui recursos tecnológicos promotores de acessibilidade para disponibilizar seu acervo, seja cartográfico ou textual, para consulta em outros formatos acessíveis ao público pesquisador com deficiência. O *blog* disponível na internet e criado pela direção do AHPAMV não possui recursos de acessibilidade.

A aquisição de obras em Braille torna-se inevitável para o AHPAMV. Desta forma, o conteúdo disponibilizado pela instituição deve estar de forma acessível, para a efetivação do seu objetivo, que é a disponibilização das informações.

4.5 ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA

Nesta seção são apontadas as condições de acessibilidade quanto à existência de barreiras metodológicas no AHPAMV.

O AHPAMV não possui nenhum profissional capacitado para atender e desenvolver as atividades voltadas à acessibilidade em seu quadro de pessoal.

As atividades culturais oferecidas pela instituição e dirigidas ao público estudantil, como o Programa de Educação Patrimonial, são realizadas através de jogos de equipes, artes plásticas e cênicas, visitas guiadas, dinâmica em grupo e são exercidas no interior do AHPAMV e, em alguns momentos, no pátio. Cabe observar que nenhuma dessas atividades são disponibilizadas ao público com deficiência. Segundo informações da diretora do AHPAMV, o que acontece muito raramente, quando algum estudante com deficiência visual e/ou auditiva participa dessas atividades culturais, normalmente vai acompanhado de uma pessoa que auxilia na compreensão das atividades, normalmente a própria professora, capacitada em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

É importante capacitar os funcionários do AHPAMV em relação ao atendimento e prestação de serviços ao usuário com deficiência. Existem programas disponibilizados pela Prefeitura de Porto Alegre, através da SMACIS, que estimulam essas atividades.

4.6 ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL

Nesta seção são apresentadas as condições de acessibilidade quanto à existência de barreiras instrumentais no AHPAMV.

A acessibilidade digital propicia maior independência e autonomia do usuário pesquisador com deficiência. Porém, a realidade do AHPAMV mostra que a instituição não possui os equipamentos que propiciam a acessibilidade, tais como: ampliadores de textos e mapas, lupa eletrônica para pessoas com baixa visão, fotocopidora para ampliação de textos, *scanner* para digitalizar documentos a fim de disponibilizá-los num formato acessível, impressora em Braille acoplada nos computadores disponíveis aos usuários, monitores do computador, teclados e mouses projetados conforme o desenho universal. Não existem computadores adaptados com sistemas de acesso à internet/base de dados acessível.

A aquisição destes equipamentos torna-se muito útil a fim de permitir que os usuários com deficiência interajam no ambiente do AHPAMV, adquirindo, assim, informações contidas nos acervos da instituição.

4.7 ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA

Nesta seção são verificadas as condições de acessibilidade quanto à existência de barreiras programáticas no AHPAMV.

Não foi observado regulamento estabelecido pela direção do AHPAMV que contemple seus produtos e serviços oferecidos. Desta forma, as questões relativas à acessibilidade nas políticas internas da instituição são inexistentes.

A instituição não possui recursos financeiros direcionados para a promoção de condições necessárias à acessibilidade. Desta forma, as ações promovidas pelo AHPAMV não prevê a inclusão de todos os usuários, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas.

Diante disto, é importante destacar a existência da Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social (SMACIS) da Prefeitura de Porto Alegre, pois foi criada com o objetivo de formular as políticas municipais de inclusão das pessoas com deficiência, acompanhar, avaliar e fomentar planos, projetos e programas voltados ao desenvolvimento social, educacional e lazer, planejar e colaborar com as demais secretarias e órgãos do Município na implementação de políticas voltadas ao público com deficiência, entre outros. Assim, nota-se que existem as ferramentas de apoio para a promoção da acessibilidade. Diante disto, é necessário que recursos financeiros, objetivando melhorias quanto à acessibilidade, sejam destinados ao AHPAMV, para a realização das adequações referentes à acessibilidade.

4.8 ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

Nesta seção são demonstradas as condições de acessibilidade quanto à existência de barreiras atitudinais no AHPAMV.

Devido a pouca ou quase inexistente presença de pessoas com deficiência na instituição, os funcionários desconhecem a quantidade de pesquisadores que possuem algum tipo de deficiência que frequentam o local, assim como não estão atualizados quanto às questões de acessibilidade. A legislação existente que trata sobre acessibilidade não é amplamente conhecida pelos funcionários, gerando, assim, uma grande lacuna no objetivo principal de uma unidade de informação: a disponibilização informacional e a promoção do acesso à informação.

Durante a visita ao AHPAMV, verificou-se que o assunto referente à acessibilidade é pouco conhecido, demonstrado pela ausência de um funcionário capacitado para atender o pesquisador com algum tipo de deficiência.

O primeiro passo ao rompimento das barreiras atitudinais no AHPAMV é a qualificação dos funcionários objetivando a construção do conhecimento sobre a acessibilidade, dos tipos de deficiência, legislação e desenvolvimento dos programas municipais de inclusão das pessoas com deficiência. A identificação dos variados tipos de público, por parte dos responsáveis pelo AHPAMV, é de extrema importância na criação do conceito de inclusão e percepção dessa realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho, cujo objetivo foi de observar e verificar as condições de acessibilidade no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, veio confirmar que a realidade atual da instituição necessita ser modificada. Através da aplicação do *checklist*, instrumento que avaliou as condições atuais de acessibilidade da instituição, constatou-se que os funcionários do Arquivo necessitam urgente se interar das questões voltadas à acessibilidade. Porém, antes de qualquer projeto de adequação nas instalações físicas do AHPAMV, é imprescindível que os funcionários envolvidos saibam identificar e qualificar os tipos de necessidades especiais, para melhor compreensão e inclusão desse público em suas instalações.

A aplicação do *checklist* foi exaustiva, em razão da sutil diferença existente entre os oito quesitos propostos, porém foram contempladas todas as áreas da acessibilidade, abrangendo a realidade da instituição em seus diversos aspectos.

A acessibilidade é um tema que está sendo recentemente discutido pela sociedade e governantes e é este o momento ideal para a construção do conceito de inclusão, estabelecendo, assim, um novo patamar de igualdade baseado na valorização da diversidade. Desta forma, proporcionar o acesso à história e à cultura a essa parcela da sociedade ainda excluída, além da prática do exercício da cidadania e dos direitos iguais, proporciona momentos de lazer e prazer, ampliando a visão e o conhecimento de mundo.

Nota-se que a sociedade passa por um momento importante para a validação dos Direitos Humanos. Apesar da variada e numerosa quantidade de legislação existente sobre acessibilidade, os profissionais ainda questionam o cumprimento das Leis nas diversas esferas dentro das políticas públicas. Torna-se necessário e urgente rever os conceitos da acessibilidade objetivando incluir as pessoas com deficiência em edificações que inspiram cultura e arte. Simples mudanças podem alterar a realidade das Instituições. E isso depende mais das atitudes humanas do que dos próprios espaços. O acesso ao patrimônio cultural é um direito de qualquer cidadão.

O AHPAMV não está preparado para receber as pessoas com deficiência em suas instalações. O estudo conclui que existem inúmeras barreiras a serem enfrentadas pelas pessoas com deficiência na instituição. De acordo com a NBR

9050, as instalações do Arquivo estão muito longe dos critérios e parâmetros estipulados. Todos os oito quesitos de acessibilidade contidos no *checklist* de avaliação, sofreram apontamentos negativos quanto à acessibilidade. Diante disto, a promoção de mudanças arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais e atitudinais são necessárias e poderão permitir que as pessoas com deficiência circulem nos ambientes do Arquivo com mais autonomia, independência e dignidade.

Por fim, conclui-se que há a necessidade de investimento no AHPAMV, para que os funcionários da instituição possam promover as devidas adequações, colocando em prática as normas técnicas, para receber as pessoas com deficiência nas suas instalações. Faltam recursos financeiros para a aquisição de tecnologias adequadas que servem de apoio às pessoas com deficiência. Além disto, a capacitação dos funcionários torna-se relevante, pois desta forma, serão garantidas as condições de interação com estes usuários, propiciando o desenvolvimento pleno das atividades dentro do Arquivo e possibilitando, assim, a acessibilidade arquitetônica, a acessibilidade do mobiliário e equipamentos, a acessibilidade comunicacional, a acessibilidade à informação, a acessibilidade metodológica, a acessibilidade instrumental, a acessibilidade programática e a acessibilidade atitudinal.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050** – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT. 2004.

_____. **NBR 14.022** – Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros. Rio de Janeiro: ABNT. 2006.

AHPAMV. **Blog do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. Disponível em: <<http://ahpoa.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília. 2007.

_____. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 05 jun. 2012.

_____. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em 15 jun. 2012.

_____. Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 06 jun. 2012.

_____. Lei Federal nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 nov. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm>. Acesso em 05 jun. 2012.

_____. Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em 05 jun. 2012.

_____. Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 06 jun. 2012.

CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer. (Orgs). **Acessibilidade em Ambientes Culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012. Disponível em: <<http://acessibilidadecultural.files.wordpress.com/2012/05/acessibilidade-em-ambientes-culturais-eduardo-cardoso-e-jeniffer-cuty-orgs.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

CARDOSO, Eduardo; KOLTERMANN, Tânia Luisa da Silva. **Acessibilidade em Sistemas de Sinalização para Usuários com Deficiência**. 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. Artigo publicado no 9P&D 2010. Disponível em: <<http://blogs.anhembri.br/congressodesign/anais/artigos/69081.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2012.

DALLASTA, Viviane Ceolin. **A Situação das Pessoas Portadoras de Deficiência Física**. Cotejo entre os instrumentos teóricos existentes e as limitações impostas por uma infraestrutura urbana inadequada e excludente. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1108, 14 jul. 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8632>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

EMANUELLI, Mara Neide. **Acessibilidade Física em Bibliotecas Universitárias: um direito de todos**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização de Bibliotecas Universitárias) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/18490>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

FADERS. **Nota Técnica – FADERS/DT/Nº 01/2012**, de 30 de março de 2012. Eixos e Diretrizes do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - RS sem Limite. Disponível em:
<<http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=servico&cat=29>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

GUERREIRO, Guacyra Labonia; LEITE, Patrícia Maria Prado; LINHARES, Maria Edineide Bezerra. **Deficiência Física: outros movimentos**. 1 ed. São Paulo: Mais Diferenças, 2009.

IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para Bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/10183/28114>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-os-direitos-humanos/>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

PORTO ALEGRE (Município). **Guia Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. [texto e pesquisa; Juliana Gehlen]. 2 ed. Porto Alegre: AHPAMV, 2009.

_____. **Guia dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Disponível em:
<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smacis/default.php?p_secao=97>. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. **Lei Complementar Nº 678**, de 22 de agosto de 2011. Republicação do Plano Diretor de Acessibilidade de Porto Alegre. Disponível em:
<<http://pt.scribd.com/doc/87046907/Republicacao-Plano-Diretor-de-Acessibilidade>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Decreto Estadual Nº 48.963**, de 30 de março de 2012. Institui a Política Estadual para as Pessoas com deficiência e pessoas com altas habilidades e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=legislacao&cat=5&cod=458>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. **Decreto Estadual Nº 48.964**, de 30 de março de 2012. Institui o Plano Estadual dos Direitos para as Pessoas com deficiência – Plano RS sem Limite e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=legislacao&cat=5&cod=459>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 3. Ed. São Paulo: Polis, 1982. (Coleção Teoria e História 6).

ANEXO – CHECKLIST: AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS

CHECKLIST : AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS

Legenda das Siglas Utilizadas no Checklist:

LEGENDA	
Sim (S)	Item de avaliação atendido;
Não (N)	Item de avaliação não atendido;
Parcialmente (P)	Item de avaliação atendido parcialmente;
Não se Aplica (N/A)	Item de avaliação não se aplica (N/A).

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS (CHECKLIST)					
	ITENS PARA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS	S	N	P	N/A
1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA				
1.1	Entorno da Biblioteca				
1.1.1	O transporte público no entorno da biblioteca é acessível, ou seja, dispõe de linhas de transporte urbano coletivo adaptado para o transporte de pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida? (Conforme NBR 14022/2006.)				

1.1.2	O percurso entre "o ponto" de embarque/desembarque do transporte coletivo até a entrada da biblioteca é livre de obstáculos (degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso)?				
1.1.3	Próximo à entrada principal da biblioteca há faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre?				
1.1.4	As calçadas no entorno da biblioteca ou do prédio no qual está localizada apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados (tátil e visual)?				
1.1.5	A calçada que dá acesso à biblioteca apresenta-se em bom estado de conservação, sem buracos ou pedras soltas do pavimento?				
1.1.6	As calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres que dão acesso ao prédio da biblioteca estão livres, completamente desobstruídas e isentas de interferências? (A faixa livre deve apresentar largura mínima recomendável de 1,50 m, sendo admissível de 1,20 m e altura livre mínima de 2,10 m.)				
1.1.7	Em caso de obras eventualmente existentes sobre a calçada, estas estão convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a largura mínima de 1,20 m para circulação externa? (Na impossibilidade de acesso pela calçada, deve ser feito desvio pelo leito carroçável da via, providenciando-se uma rampa provisória, com largura mínima de 1,00 m e inclinação máxima de 10%.)				
1.1.8	Se existe uma rota acessível de acesso à biblioteca, mas esta não está localizada junto à entrada principal, esta rota não excede 6 (seis) vezes a trajetória principal utilizada por todos?				
1.1.9	A inclinação transversal do piso no exterior da biblioteca é de no máximo 3% e a inclinação longitudinal máxima de 5%? (Inclinações superiores a				

	5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.5 da NBR 9050/2004.)				
1.1.10	Existem rotas acessíveis em toda a área circundante à biblioteca, desde pontos que forem considerados de interesse até a entrada principal da biblioteca?				
1.1.11	É previsto no mínimo um acesso vinculado através de rota acessível à circulação principal da biblioteca e às circulações de emergência, quando existirem? (Recomenda-se que a distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50 m.)				
1.2	Estacionamento da Biblioteca				
1.2.1	A biblioteca dispõe de estacionamento com vagas preferenciais para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida?				
1.2.2	Se o estacionamento possui de 11 a 100 vagas, pelo menos uma das vagas é preferencial para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida? (Para um estacionamento de até 10 vagas, não há previsão legal, contudo, recomenda-se a reserva de pelo menos uma vaga preferencial.)				
1.2.3	Se o estacionamento possui acima de 100 vagas, pelo menos 1% das vagas é preferencial para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida?				
1.2.4	As vagas preferenciais para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida possuem sinalização horizontal (pintada no piso) e vertical com o símbolo internacional de acesso? (Recomenda-se, ainda, que a vaga apresente placa por escrito com a informação relativa à condição de reserva de vaga e o público-alvo.)				
	As vagas preferenciais estão situadas em piso plano?				

1.2.5					
1.2.6	As vagas preferenciais contam com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura quando afastada da faixa de travessia de pedestres, de forma a evitar a circulação das pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida entre os veículos?				
1.2.7	As vagas preferenciais estão vinculadas a rebaixamento da calçada e/ou rampa para facilitar o acesso de pessoas em cadeiras de rodas e/ou pessoas com dificuldade de locomoção?				
1.2.8	As vagas preferenciais estão vinculadas a rota acessível que interligue à biblioteca ou ao prédio no qual se localiza, livre de obstáculos como degraus, blocos de concreto, grelhas ou barras de ferro sobressalentes no piso? (Recomenda-se que as vagas preferenciais fiquem o mais perto possível da entrada principal ou da rota acessível opcional de entrada da biblioteca.)				
1.2.9	Na impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e as entradas acessíveis da biblioteca, há vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida interligadas às entradas através de rotas acessíveis?				
1.3	Entrada da Biblioteca				
1.3.1	Se a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção?				
1.3.2	Se a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta				

	condições de acessibilidade?				
1.3.3	A circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos usuários com mobilidade reduzida?				
1.3.4	A porta de entrada principal, bem como as internas, apresenta condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m? (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m.)				
1.3.5	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de entrada possuem área livre de 1,20 m?				
1.3.6	As áreas de aproximação das portas em seu sentido de saída possuem área livre de 1,50 m?				
1.3.7	As portas têm condições de serem abertas com um único movimento? (Recomenda-se que o mecanismo de acionamento das portas exija força humana direta igual ou inferior a 36 newton – N ⁶ .)				
1.3.8	As maçanetas das portas são do tipo alavanca?				
1.3.9	As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso? (Interligar com 1.3.11)				
1.3.10	As portas de sanitários acessíveis apresentam puxador horizontal a uma altura entre 0,90 m a 1,10 m do piso, com largura de 0,40 m?				
1.3.11	Em portas providas de dispositivos de acionamento pelo usuário, estes estão instalados à altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?				

⁶ **Newton** (N) é uma unidade de medida de **força**.

1.3.12	Quando instalados no sentido de varredura da porta, os dispositivos de acionamento pelo usuário estão distantes entre 0,80 m e 1,00 m da área de abertura?				
1.3.13	Se as portas forem acionadas por sensores ópticos, estes estão ajustados para detectar pessoas de baixa estatura, crianças e pessoas em cadeiras de rodas?				
1.3.14	Nas portas acionadas por sensores ópticos, estão previstos dispositivos de segurança que impeçam o fechamento da porta sobre as pessoas?				
1.3.15	Em portas de correr, os trilhos ou as guias inferiores estão nivelados com a superfície do piso? (Eventuais frestas resultantes da guia inferior devem ter largura de no máximo 15 mm.)				
1.3.16	As portas apresentam na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso?				
1.3.17	As portas apresentam cores contrastantes com relação à parede e entre parede e batente?				
1.3.18	Caso haja alguma porta de vidro, está possui uma faixa ao longo de toda a largura e outra na moldura indicando a existência desse elemento arquitetônico?				
1.3.19	As portas possuem sinalização tátil de orientação e de alerta?				
1.3.20	Se a biblioteca possui catracas na sua área de entrada principal, pelo menos uma em cada conjunto de catracas é acessível, ou seja, permite a rotação de 90° (1,20 m x 1,20 m) da cadeira de rodas? (Ver 4.3.3 da NBR 9050/2004.)				
	As catracas acessíveis estão identificadas com a				

1.3.21	sinalização internacional de acessibilidade?				
1.3.22	Eventuais comandos da catraca acionáveis por usuários estão ao alcance manual entre 0,80m e 1,00m de altura do piso, considerando a catraca um comando de precisão?				
1.3.23	Eventuais comandos da catraca acionáveis por usuários são acessíveis para pessoas com limitação visual? (Recomenda-se que as informações visuais também estejam disponíveis em formato sonoro e tátil.)				
1.3.24	A biblioteca dispõe de planos e mapas táteis (horizontais ou inclinados) para orientação dos usuários? (Recomenda-se inclinação de até 15% em relação ao piso.)				
1.3.25	Os planos e mapas táteis horizontais ou inclinadas estão instaladas à altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso permitindo o alcance manual e visual?				
1.3.26	Os planos e mapas táteis possuem uma reentrância na sua parte inferior com no mínimo 0,30 m de altura e 0,30 m de profundidade, para permitir a aproximação frontal de uma pessoa em cadeira de rodas?				
1.3.27	São disponibilizados, em bibliotecas muito extensas, equipamentos de auxílio à mobilidade para uso estrito ao espaço da biblioteca para usuários com dificuldades de locomoção? (Recomenda-se que a biblioteca disponibilize, por ex., cadeiras de rodas motorizadas).				
1.4	Espaços Internos da Biblioteca				
1.4.1	Nas entradas de acesso aos espaços, são evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação a fim de facilitar a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão?				
	A biblioteca dispõe de comandos individuais de controle				

1.4.2	da iluminação artificial para seus diferentes ambientes?				
1.4.3	A biblioteca dispõe de mecanismos de aumento e diminuição da iluminação ambiental a fim de ajustar a intensidade de luz, evitando reflexo e radiação de calor?				
1.4.4	A iluminação, cores e contraste entre paredes, pisos e portas, entre maçanetas e portas e entre estas e o batente, é avaliada cuidadosamente, a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão?				
1.4.5	Por toda a biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal?				
1.4.6	A organização interna dos espaços (<i>layout</i>) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido, como espelhos, portas de vidro e portas vai-vem, por exemplo?				
1.4.7	Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estes estão sinalizadas antecipadamente, para evitar acidentes e trajetos desnecessários?				
1.4.8	A área livre para circulação de uma pessoa possui largura mínima de 1,20m?				
1.4.9	A área livre para circulação de duas pessoas possui largura mínima de 1,80m?				
1.4.10	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 90° possui o mínimo de 1,20m x 1,20m?				

1.4.11	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 180° possui o mínimo de 1,50m x 1,20m?				
1.4.12	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 360° possui o mínimo de diâmetro de 1,50m?				
1.4.13	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 90° possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade de saída)?				
1.4.14	A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade)?				
1.4.15	O <i>layout</i> das salas de leitura e de estantes de livros considera a utilização de usuários em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, baixa estatura, obesas, com limitação visual...?				
1.4.16	As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas...)?				
1.4.17	A distribuição do mobiliário na biblioteca favorece o contato visual das pessoas que se encontram no interior da biblioteca evitando isolamentos?				
1.4.18	As sinalizações verticais em <i>Braille</i> ou texto em relevo estão instalados de maneira que a parte inferior da cela <i>Braille</i> ou do símbolo ou do texto esteja a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?				
1.4.19	As sinalizações visuais em áreas de circulação, quando suspensas, estão instaladas a uma altura livre mínima de 2,10 m do piso?				

1.4.20	A altura dos interruptores (de luz, de disjuntor, de tecla de estabilizador de computador, etc.) está entre 0,60m a 1,00m de altura do piso?				
1.4.21	Os interruptores de luz são de pressão, com grande superfície, diferenciados cromaticamente da parede onde se encontram?				
1.4.22	A altura das tomadas elétricas está entre 0,40m a 1,00m?				
1.4.23	A altura do quadro de luz está entre 0,80m a 1,20m?				
1.4.24	A altura de armários em geral, inclusive armários guarda-volumes, está entre 0,40m a 1,20m?				
1.4.25	A altura dos fichários atende às faixas de alcance manual e visual entre 0,40m e 0,90m de altura do piso?				
1.4.26	Se a biblioteca dispõe de bebedouro, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, permitindo a aproximação frontal?				
1.4.27	Se a biblioteca dispõe de telefone público suspenso, este apresenta altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, permitindo a aproximação frontal?				
1.5	Pisos				
1.5.1	Os pisos no interior da biblioteca apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando dispositivos com rodas?				
1.5.2	O piso da biblioteca é antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem riscos tanto em seco				

	como em molhado? (Recomenda-se que para tal constatação se realize provas no local, simulando as situações mais favoráveis ao deslizamento, como o acúmulo de pó ou limpeza com água ou cera.)				
1.5.3	O piso da biblioteca é opaco? (Recomendam-se pisos que não provoquem reflexos excessivos com a iluminação local, pois desorientam pessoas com baixa visão.)				
1.5.4	A inclinação transversal do piso no interior da biblioteca é de, no máximo, 2% e a inclinação longitudinal de, no máximo, de 5%? (Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.4 da NBR 9050/2004.)				
1.5.5	A biblioteca apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50 m, para piso com até 3% de inclinação?				
1.5.6	A biblioteca apresenta uma área de descanso a cada 30 m, para piso de 3% a 5% de inclinação?				
1.5.7	A biblioteca apresenta área de descanso para inclinações superiores a 5%?(Ver 6.5 da NBR 9050/2004.)				
1.5.8	As áreas de descanso estão dimensionadas para permitir a manobra de cadeiras de rodas? (Recomenda-se, sempre que possível, que sejam previstos bancos com encosto nestas áreas para usuários com mobilidade reduzida ou possíveis acompanhantes de pessoas em cadeiras de rodas.)				
1.5.9	O piso da biblioteca contrasta com as paredes e outros elementos arquitetônicos? (Recomenda-se que o piso contraste com as paredes, contudo, deve ser evitada no piso a utilização de superfícies que possam causar sensação de insegurança, por exemplo, estampas que pelo contraste de cores possam causar a impressão de tridimensionalidade em pessoas com LV)				

1.6	Capachos, forrações, carpetes e tapetes				
1.6.1	Os capachos utilizados da biblioteca estão embutidos no piso e nivelados de maneira que eventual desnível não exceda 5 mm? (Recomenda-se que tapetes sejam evitados em rotas acessíveis).				
1.6.2	Os carpetes e forrações apresentam as bordas firmemente fixadas ao piso de maneira a evitar enrugamento da superfície?				
1.6.3	As felpas dos carpetes apresentam altura inferior a 6mm?				
1.7	Desníveis				
1.7.1	Desníveis de qualquer natureza são evitados? (Eventuais desníveis no piso de até 5 mm não demandam tratamento especial.)				
1.7.2	Os desníveis de piso estão em altura máxima de 5mm?				
1.7.3	Os desníveis de piso que estejam entre 5 mm e 15 mm são tratados em forma de rampa?				
1.7.4	Os desníveis superiores a 15 mm são tratados como degraus e devidamente sinalizados?				
1.8	Degaus e Escadas Fixas				
1.8.1	O acesso a ambientes com degraus e escadas fixas estão associados às rampas acessíveis ou a equipamento de transporte vertical/inclinado? (Recomenda-se evitar a presença de escadas em rotas				

	acessíveis.)				
1.8.2	Os espelhos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de 0,16 m e o máximo de 0,18 m?				
1.8.3	Os pisos dos degraus das escadas estão entre o mínimo de 0,28 m e o máximo de 0,32 m?				
1.8.4	A inclinação transversal das escadas não excede 1%?				
1.8.5	A largura das escadas fixas atende ao mínimo admissível de 1,20 m?				
1.8.6	O primeiro e o último degrau de um lance de escada estão a uma distância de no mínimo 0,30 m da área de circulação adjacente?				
1.8.7	Os degraus estão sinalizados conforme a figura 58 da NBR 9050/2004?				
1.8.8	As escadas fixas apresentam, no mínimo, um patamar a cada 3,20 m de desnível e sempre que houver mudança de direção?				
1.8.9	Entre os lances de escada existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m? (Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada.)				
1.8.10	Os elevadores atendem integralmente ao disposto na ABNT NBR 13994, quanto à sinalização, dimensionamento e características gerais?				
1.9	Rampas				
	A largura das rampas está de acordo com o fluxo de				

1.9.1	peças? (A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m.)				
1.9.2	As rampas apresentam inclinação máxima de 8,33%?				
1.9.3	A inclinação transversal não excede 2% em rampas internas?				
1.9.4	As rampas em curva apresentam inclinação máxima admissível de 8,33% e o raio mínimo de 3,00 m, medido no perímetro interno à curva?				
1.9.5	No início e no término da rampa existem patamares com dimensão longitudinal de no mínimo admissível 1,20 m, além da área de circulação adjacente?				
1.9.6	Entre os segmentos da rampa existem patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m, sendo o recomendável 1,50 m?				
1.9.7	Os patamares situados em mudanças de direção apresentam dimensões iguais à largura da rampa?				
1.9.8	A inclinação transversal dos patamares não excede 2%?				
1.9.9	As rampas apresentam a devida previsão de áreas de descanso nos patamares a cada 50 m de percurso?				
1.10	Corrimãos				
1.10.1	Os corrimãos estão instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas?				

1.10.2	Os corrimãos são feitos de material rígido?				
1.10.3	Os corrimãos estão firmemente fixados às paredes, oferecendo condições seguras de utilização?				
1.10.4	Os corrimãos estão sinalizados? (Conforme 5.11 da NBR 9050/2004.)				
1.10.5	Possuem altura entre 0,70 m e 0,92 m do piso?				
1.10.6	Possuem diâmetro entre 3,0 cm e 4,5 cm?				
1.10.7	Estão afastados da parede no mínimo a 4,0 cm?				
1.10.8	Quando embutidos na parede, os corrimãos estão afastados 0,15 m da face superior da reentrância?				
1.10.9	O corrimão permite boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular?				
1.10.10	Os corrimãos laterais prolongam-se pelo menos 0,30 m antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão?				
1.10.11	As extremidades dos corrimãos apresentam acabamento recurvado? (Recomenda-se que as extremidades sejam fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda tenham desenho contínuo, sem protuberâncias).				
1.10.12	Os corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas ou rampas?				

1.10.13	Para degraus isolados e escadas, a altura dos corrimãos está a 0,92 m do piso?				
1.10.14	As rampas apresentam corrimãos laterais instalados a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da geratriz superior? (Opcionalmente, para escadas, podem ser instalados corrimãos laterais a essas duas alturas.)				
1.10.15	Quando se tratar de escadas ou rampas com largura superior a 2,40 m, estas apresentam corrimão intermediário?				
1.11	Corredores				
1.11.1	Os corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas? (Conf. 6.10.8 da NBR 9050/2004.)				
1.11.2	Os corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m apresentam largura mínima de 0,90 m?				
1.11.3	Os corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m apresentam largura mínima de 1,20 m?				
1.11.4	Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,00 m apresentam largura mínima de 1,50 m?				
1.11.5	Os corredores apresentam uma faixa ampla para a circulação, livre de jarros com vegetação ou outros obstáculos que obstruam a acessibilidade?				
1.12	Sanitários				
1.12.1	Se a biblioteca dispõe de sanitário para os usuários da biblioteca, este está acessível para pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção, de uso				

	preferencial destas, conforme 7.3 da NBR 9050/2004?				
1.12.2	O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível?				
1.12.3	O sanitário de uso preferencial por pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade?				
2	ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS				
2.1	Balcão de Atendimento ao Usuário				
2.1.1	O balcão de atendimento aos usuários está localizado em rota acessível?				
2.1.2	No balcão de atendimento aos usuários, em algum trecho de sua longitude, por aproximadamente 0,90 cm, apresenta altura de no máximo 0,90 m do piso, permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeiras de rodas, pessoas de baixa estatura e crianças) e o bibliotecário/auxiliar?				
2.1.3	O balcão de atendimento aos usuários é acessível a pessoas em cadeiras de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão? (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas).				
2.1.4	A parte superior do balcão de atendimento é livre de barreiras como vidros, barras, entre outros?				
2.1.5	A mesa do balcão de atendimento apresenta revestimento opaco? (Recomenda-se que não seja				

	utilizado verniz ou qualquer outro revestimento, polimento brilhante que cause reflexos, prejudicando o equilíbrio sensorial de pessoas com baixa visão.)				
2.2	Mesas ou Superfícies para Trabalho, Leitura e/ou Estudo				
2.2.1	As mesas estão localizadas junto às rotas acessíveis e, preferencialmente, distribuídas por todo o espaço?				
2.2.2	No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas?				
2.2.3	As mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m?				
2.2.4	As mesas apresentam altura e posição acessíveis e confortáveis? (Recomenda-se a altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso).				
2.2.5	As mesas apresentam arredondamento dos ângulos a fim de evitar acidentes com pessoas em cadeiras de rodas, de baixa estatura e crianças?				
2.2.6	As mesas apresentam revestimento opaco? (Recomenda-se que não seja utilizado verniz ou qualquer outro revestimento, polimento brilhante que cause reflexos, prejudicando o equilíbrio sensorial de pessoas com baixa visão).				
2.2.7	Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, leitura ou trabalho são acessíveis? (Recomenda-se que, no mínimo, um do total das mesas, deve ser				

	acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade).				
2.2.8	Há suporte para apoio de textos complementares junto à mesa do computador? (Recomenda-se o suporte seja fixado lateralmente ou colocado ao lado da mesa na altura adequada ao usuário).				
2.2.9	As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento? (Recomenda-se que as cadeiras não sejam fixadas no chão, mas reguláveis para se adaptar às características físicas dos usuários, permitindo uma postura ereta e cômoda).				
2.3	Computadores/Terminais de Consulta				
2.3.1	Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet são acessíveis a pessoa em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida? (Recomenda-se que, no mínimo, um seja acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade)				
2.3.2	Os computadores destinados aos usuários estão acessíveis, ou seja, os elementos que garantem a sua acessibilidade integral como a sala, o mobiliário, as partes integrantes do computador e seus periféricos, atendem a requisitos de acessibilidade?				
2.3.3	O mobiliário e os elementos que constituem o computador são ajustáveis de forma simples, direta, segura e com tolerância ao erro?				
2.3.4	A tela, a torre e os periféricos do computador são flexíveis e independentes na sua localização, possibilitando, por exemplo, aproximar/afastar a tela, bem como substituir os componentes por outros mais adaptados às necessidades dos diferentes usuários?				

2.3.5	Os botões de liga/desliga, manipulação de disquete, CD-ROM, e outros dispositivos são acessíveis ao alcance manual entre 0,40m a 1,20m de altura do piso?				
2.4	Estantes				
2.4.1	As estantes de livros possuem, entre elas, distância mínima de 0,90m de largura? (Recomenda-se que a distância adequada seja de 1,80m, permitindo a mobilidade de até duas pessoas em cadeiras de rodas).				
2.4.2	Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas? (Recomenda-se que o espaço atenda a uma área livre para manobra com deslocamento de 180°).				
2.4.3	A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de, no máximo, 1,20 m de altura do piso?				
3	ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL				
3.1	Sinalização dos Espaços e Serviços da Biblioteca				
3.1.1	Há sinalização informativa e direcional da localização das entradas acessíveis da biblioteca?				
3.1.2	Há sinalização informativa, na entrada da biblioteca, quanto o horário de funcionamento, bem como demais informações imprescindíveis?				
3.1.3	A biblioteca dispõe de uma maquete visual impressa e tátil para orientar os usuários sobre a localização das diferentes áreas da biblioteca, localizada e posicionada de forma adequada para permitir o alcance e aproximação de todos? (Recomenda-se que a maquete				

	fique localizada na entrada da biblioteca).				
3.1.4	Se a biblioteca está localizada dentro de um prédio compartilhado com outros setores, como, por exemplo, uma escola ou universidade, há sinalização direcional para indicar um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos do prédio? (Na forma visual, associam-se setas indicativas de direção a textos, figuras ou símbolos, conforme descrito em 5.5.6 da NBR 9050/2004. Na forma tátil, utilizam-se recursos como linha-guia ou piso tátil, conforme 5.14.2 da NBR 9050/2004).				
3.1.5	Dentro da biblioteca, há sinalização direcional para indicar um percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos como setores; serviços, sanitários e outros, ou, pelo menos, até o saguão de entrada e seus pontos de informação? (Na forma visual, associam-se setas indicativas de direção a textos, figuras ou símbolos, conforme descrito em 5.5.6 da NBR 9050/2004. Na forma tátil, utilizam-se recursos como linha-guia ou piso tátil, conforme 5.14.2 da NBR 9050/2004).				
3.1.6	A área de recepção e atendimento o usuário da biblioteca está claramente indicada via painéis informativos acessíveis impressos e táteis?				
3.1.7	O serviço de atendimento ao usuário está identificado pelo símbolo internacional de informação, bem como outros serviços de informação? (Conforme figura 45 da NBR 9050/2004).				
3.1.8	Há sinalização permanente nas áreas e espaços da biblioteca cuja função já esteja definida, identificando os diferentes espaços ou elementos do ambiente?				
3.1.9	Há sinalização temporária para indicar informações provisórias ou que podem ser alteradas periodicamente?				

3.1.10	Há, no mobiliário da biblioteca, sinalização permanente para identificar os comandos?				
3.1.11	As estantes da biblioteca apresentam sinalização quanto aos assuntos das obras arquivadas e na ordem em que estão dispostos?				
3.1.12	As informações (número de chamada) das lombadas dos livros são acessíveis de forma tátil e visual? (Recomenda-se que o número de chamada seja representado de acordo com as considerações sobre sinalização visual e tátil).				
3.1.13	Se a biblioteca dispõe de equipamento eletromecânico para locomoção, é previsto dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio?				
3.1.14	Se a biblioteca possui elevadores, eles possuem <i>voice</i> ⁷ e indicação dos andares em <i>Braille</i> ?				
3.1.15	Nas portas há informação visual (número da sala, função...) ocupando área entre 1,40 m e 1,60 m do piso, localizada no centro da porta ou na parede adjacente, ocupando área a uma distância do batente entre 15 cm e 45 cm?				
3.1.16	Há sinalização tátil com caracteres em <i>Braille</i> e em relevo nas placas sinalizadoras acessíveis ao alcance do tato localizadas nas portas, entrada a novos cômodos ou salas?				
3.1.17	Há sinalização tátil (em <i>Braille</i> ou texto em relevo) instalada nos batentes ou vedo adjacente (parede, divisória ou painel), no lado onde estiver a maçaneta, a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m?				

⁷ Dispositivo que informa o andar em que se encontra o elevador, bem como outras informações ou avisos úteis aos usuários.

3.1.18	Os corrimãos de escadas e rampas estão sinalizados em <i>Braille</i> e em relevo na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão, informando sobre os pavimentos, no início e no final das escadas fixas e rampas?				
3.1.19	Os corrimãos de escadas e rampas estão sinalizados através de anel com textura contrastante com a superfície do corrimão, instalado 1,00 m antes das extremidades?				
3.1.20	Os degraus ou escadas apresentam sinalização visual próxima às bordas do piso, em cor contrastante com a do acabamento com largura de 20 cm e profundidade entre 2 a 3 cm?				
3.1.21	A biblioteca apresenta piso tátil de alerta para sinalizar situações que envolvem risco de segurança como escadas fixas ou rolantes, rampas, degraus isolados, colunas, elevadores, qualquer objeto suspenso entre 0,60 m e 2,10 m de altura do piso não detectável no chão pelos bastões (por exemplo, extintores, estantes, murais de informação...), ou que tenha volume maior na parte superior do que na base?				
3.1.22	O piso tátil de alerta apresenta textura em relevo tronco-cônico (forma esférica em relevo), instalada perpendicularmente ao sentido de deslocamento, com largura entre 20 cm e 60 cm e frente a qualquer elemento arquitetônico que represente um perigo para os usuários dessa sinalização? (A sinalização tátil de alerta deve exceder em 0,60 m a projeção do obstáculo, em toda a superfície ou somente no perímetro desta).				
3.1.23	Há sinalização tátil de alerta nos rebaixamentos de calçadas, em cor contrastante com a do piso?				
3.1.24	Há sinalização tátil de alerta no início e término de escadas fixas, escadas rolantes e rampas, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25 m a				

	0,60 m, afastada no máximo, 0,32 m do ponto onde ocorre a mudança do plano?				
3.1.25	Há sinalização tátil de alerta junto às portas dos elevadores, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25 m a 0,60 m, afastada, no máximo, 0,32 m da abertura?				
3.1.26	Nas calçadas, há sinalização tátil de alerta para indicar as faixas de travessia de pedestre?				
3.1.27	As sinalizações táteis de alerta do piso são diferenciadas na cor em relação ao piso adjacente ou associadas à faixa de cor contrastante? (Conforme 5.14.1 da NBR 9050/2004).				
3.1.28	A biblioteca apresenta pavimentos de cor, que advertem sobre perigos ou delimitam diferentes espaços nos itinerários, de modo a melhorar a funcionalidade do ambiente para pessoas com baixa visão pelo contraste cromático que geram?				
3.1.29	Os pisos da biblioteca apresentam sinalizações táteis direcionais delineando a trajetória para os diferentes serviços/setores?				
3.1.30	A sinalização tátil direcional apresenta textura com seção trapezoidal (relevos lineares, regularmente dispostos), qualquer que seja o piso adjacente, instalada no sentido do deslocamento, com largura entre 20 cm e 60 cm e cromo-diferenciada em relação ao piso adjacente? (Recomenda-se que se o piso adjacente tiver textura, excepcionalmente, a sinalização tátil direcional seja lisa).				
3.1.31	A biblioteca apresenta sinalização tátil direcional no piso em áreas de circulação na ausência ou interrupção da guia de balizamento, em ambientes internos ou externos? (Conforme 5.14.2 da NBR 9050/2004).				

3.1.32	A biblioteca apresenta sinalização tátil direcional no piso nos locais de área de circulação, indicando o caminho a ser percorrido em espaços amplos ou quando houver caminhos preferenciais de circulação?				
3.1.33	Quando há mudança de direção entre duas ou mais linhas de sinalização tátil direcional, há uma área de alerta indicando que existem alternativas de trajeto? (Essas áreas de alerta devem ter dimensão proporcional à largura da sinalização tátil direcional).				
3.1.34	Quando houver mudança de direção formando ângulo superior a 90°, a linha-guia é sinalizada com piso tátil direcional?				
3.1.35	Nas portas de elevadores, quando houver sinalização tátil direcional, há o encontro desta com a sinalização tátil de alerta?				
3.1.36	A sinalização tátil de alerta e a direcional apresentam cor contrastante com a do piso adjacente, e podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente?				
3.1.37	Quando integradas, sinalização tátil de alerta e direcional, há desnível entre as sinalizações?				
3.1.38	O desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado para sinalização é chanfrado, não excedendo 2 mm?				
3.1.39	O piso no entorno da biblioteca (parte externa, calçada, estacionamento, etc.) apresenta sinalização tátil do tipo de alerta ou direcional, compondo uma rota acessível?				
3.1.40	Nos rebaixamentos de calçadas, quando houver sinalização tátil direcional, há o encontro desta com a sinalização tátil de alerta?				

3.1.41	Nas faixas de travessia, é instalada a sinalização tátil de alerta no sentido perpendicular ao deslocamento, à distância de 0,50 m do meio-fio? (Recomenda-se a instalação de sinalização tátil direcional no sentido do deslocamento, para que sirva de linha-guia, conectando um lado da calçada ao outro).				
3.1.42	Nos pontos de ônibus há sinalização tátil de alerta ao longo do meio fio e o piso tátil direcional, demarcando o local de embarque e desembarque?				
3.2	Considerações sobre a Sinalização Tátil				
3.2.1	Os textos, figuras e pictogramas em relevo dirigidos às pessoas com limitação visual, estão associados ao texto em <i>Braille</i> ?				
3.2.2	As informações em <i>Braille</i> estão posicionadas abaixo dos caracteres ou figuras em relevo?				
3.2.3	A sinalização tátil vertical atende aos requisitos de espaçamento, proporção, altura do texto, acabamento e contraste? (Conforme 5.6 da NBR 9050/2004)				
3.2.4	Os caracteres em relevo atendem às condições estabelecidas em 5.6.2.3 da NBR 9050/2004?				
3.2.5	As figuras em relevo apresentam contornos fortes e bem definidos; simplicidade nas formas e poucos detalhes; figura fechada, completa, com continuidade; estabilidade da forma; e simetria?				
3.3	Considerações sobre a Sinalização Sonora				
3.3.1	As mensagens sonoras são precedidas de um prefixo ou de um ruído característico para chamar a atenção				

	do ouvinte?				
3.3.2	Os alarmes sonoros, bem como os alarmes vibratórios, estão associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, de maneira a alertar as pessoas com limitação visual e auditiva?				
3.3.3	As informações sonoras verbais são digitalizadas ou sintetizadas? (Recomendam-se orações completas, com sujeito, verbo e predicado, nesta ordem; além de estar na forma ativa e imperativa).				
3.3.4	Em bibliotecas escolares, é utilizada a sinalização luminosa intermitente (tipo <i>flash</i>) na cor amarela, associada ao alarme sonoro, para avisos de intervalo e de mudança de professor?				
3.3.5	A sinalização sonora está associada à sinalização visual? (Conforme 5.3 da NBR 9050/2004).				
3.4	Considerações sobre a Sinalização Visual				
3.4.1	A sinalização visual vertical atende aos requisitos de espaçamento, proporção e altura do texto, acabamento e contraste para que sejam perceptíveis por pessoas com baixa visão? (Conforme 5.5 da NBR 9050/2004)				
3.4.2	Para a sinalização visual interna dos ambientes, a dimensão mínima das figuras é de 15 cm, considerando a legibilidade a uma distância máxima de 30m?				
3.4.3	A altura da sinalização visual está em conformidade com os alcances e cones visuais estabelecidos? (Conforme 4.7.2 da NBR 9050/2004)				
3.4.4	A sinalização visual vertical apresenta a respectiva correspondência com o piso tátil?				

3.4.5	As informações visuais estão associadas aos caracteres em relevo?				
3.4.6	Há contraste entre a sinalização visual (texto ou figura e fundo) e a superfície sobre a qual ela está afixada, sempre considerando o grau de luminosidade existente (natural ou artificial) para que este não prejudique a compreensão da informação?				
3.4.7	Os textos e figuras, bem como o fundo das peças de sinalização, apresentam acabamento fosco, evitando-se o uso de materiais brilhantes ou de alta reflexão?				
3.4.8	Os desenhos das figuras apresentam contornos fortes e bem definidos; simplicidade nas formas e poucos detalhes; forma fechada, completa, com continuidade; estabilidade da forma; e simetria?				
3.4.9	Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta e utilização contem as mesmas informações escritas em <i>Braille</i> ? (Recomenda-se que estes textos apresentem orações completas, com sujeito, verbo e predicado, nesta ordem; estejam na voz ativa; na forma afirmativa; e escritos na seqüência das ações, enfatizando a maneira correta de se realizar uma tarefa.)				
3.4.10	As informações dirigidas às pessoas com baixa visão estão em texto impresso em cor preta sobre fundo branco, fonte de tamanho 16, traços simples e uniformes, com algarismos arábicos? (Recomenda-se a combinação de letras maiúsculas e minúsculas, exceto quando forem destinadas à percepção tátil).				
3.4.11	As informações de sinalização visual (textos ou figuras), mesmo que estejam em relevo, são associadas às informações em linguagem <i>Braille</i> posicionadas abaixo das figuras?				

3.4.12	Todos os símbolos estão associados a uma sinalização direcional?				
3.4.13	Qualquer comunicação de emergência é transmitida para todos os setores da biblioteca, tanto de forma visual intermitente como auditiva e, se possível, vibratória?				
3.4.14	As rotas de fuga e as saídas de emergência do prédio e dos espaços estão sinalizadas com informações visuais, táteis e sonoras?				
3.4.15	Os mecanismos e dispositivos de emergência contem informações visuais e táteis representadas através de símbolos?				
3.4.16	Nas escadas de emergência que interligam os diversos pavimentos, junto à porta corta-fogo, há sinalização tátil e visual informando o número do pavimento?				
3.4.17	As rotas de fuga, quando localizadas dentro da biblioteca, estão sinalizadas e iluminadas com dispositivos de balizamento de acordo com a ABNT NBR 10898?				
3.5	Sinalização de Espaços e Serviços Acessíveis da Biblioteca				
3.5.1	Os espaços e serviços acessíveis da biblioteca e do prédio no qual se localiza estão devidamente identificados pelo símbolo internacional de acesso como, por exemplo, entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, sanitários, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas e equipamentos exclusivos para o uso de PNEs? (Conforme figura 24 da NBR 9050/2004).				
	A sinalização internacional de acesso está afixada em				

3.5.2	local visível ao público?				
3.5.3	A existência de equipamentos e serviços para pessoas com limitação visual está devidamente identificada pelo símbolo internacional de pessoas com limitação visual? (A representação deste símbolo consiste em um pictograma inserido em um quadrado, apresentando uma pessoa em pé e de perfil, segurando uma bengala, voltada para a direita, conforme a figura 26 da NBR 9050/2004).				
3.5.4	A existência de locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com limitação auditiva estão devidamente identificados pelo símbolo internacional de pessoa com limitação auditiva? (A representação deste símbolo consiste em um pictograma que apresenta o desenho de uma orelha estilizada, disposta como se a face estivesse voltada para a esquerda e, supostamente, cortada por uma tarja que desce do canto superior direito para o canto inferior direito do retângulo, no qual está inserido, conforme a figura 28 da NBR 9050/2004).				
3.5.5	A biblioteca e o prédio no qual se localiza apresentam símbolos complementares indicando as facilidades existentes no prédio (elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de rodas, escada com plataforma móvel, rampa...), no mobiliário, nos espaços, equipamentos e serviços oferecidos?				
3.5.6	Se a biblioteca possui sanitários acessíveis fisicamente, estes estão devidamente sinalizados quanto à prioridade de uso por pessoas com necessidades especiais?				
4	ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO				
4.1	As obras impressas em papel (livros, periódicos, folhetos, jornais...) estão em formato digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de				

	tela ou em versão sonora em formato magnético?				
4.2	As obras essencialmente visuais ou não textuais (gráficos, tabelas, imagens, legendas gráficas etc.) estão disponíveis na versão visual ampliada, sonora (por locução) e tátil (em texturas diferenciadas, mapas táteis, caracteres em relevo...)?				
4.3	As obras essencialmente sonoras como entrevistas disponíveis em arquivos de áudio, também estão disponíveis em texto, possibilitando sua edição em tipos ampliados, <i>Braille</i> e caracteres em relevo?				
4.4	Quando em meio digital, as obras são processáveis por sistemas de leitura e ampliação de tela e outros que a tecnologia permitir?				
4.5	Se biblioteca escolar, o acervo bibliográfico dispõe de material didático e lúdico que estimule o tato, olfato, paladar, visão e audição?				
4.6	O conteúdo do <i>site</i> da biblioteca é acessível, podendo ser adaptado por diferentes dispositivos de acesso de acordo com as recomendações do <i>World Wide Web Consortium (W3C)</i> ⁸ ?				
4.7	O acervo <i>on-line</i> da biblioteca é acessível por diferentes dispositivos de acesso, conforme recomendações do W3C?				
4.8	O catálogo informatizado da biblioteca apresenta acessibilidade digital aos usuários, com ferramentas de busca de informação acessíveis por leitores de tela, possibilidade de inversão de cores e ampliação da tela?				

⁸O [Consórcio World Wide Web](http://www.w3c.br/sobre/) (W3C) é um consórcio internacional no qual organizações filiadas, uma equipe em tempo integral e o público trabalham juntos para desenvolver padrões para a *Web*. Uma das metas básicas do W3C é tornar seus benefícios disponíveis a todas as pessoas, independentemente do seu equipamento, *software*, infra-estrutura de rede, idioma nativo, cultura, localização geográfica ou capacidade física ou mental. (Disponível em: <<http://www.w3c.br/sobre/>>. Acesso em: 19 dez. 2010.)

	(Conforme recomendações do W3C).				
4.9	A biblioteca disponibiliza suas normas (regulamento, por exemplo) em diferentes formatos? (Recomenda-se em <i>Braille</i> ; em versão ampliada impressa em papel; e em formato digital acessível a leitores de tela.)				
4.10	Os formulários disponíveis na biblioteca para a realização de pesquisas, quando impressos, estão disponíveis em tamanho ampliado para pessoas com baixa visão e em <i>Braille</i> ? (Recomenda-se que o mesmo formulário esteja disponível no <i>site</i> da biblioteca e atendendo às mesmas condições de acessibilidade recomendadas pelo W3C).				
4.11	Os serviços de atendimento ao usuário para consulta e resposta apresentam múltiplos meios de comunicação como, por exemplo, correio eletrônico, fax, telefone, atendimento <i>on-line</i> via Internet entre outros?				
5	ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA				
5.1	O Serviço de Referência e Informação e a orientação de usuários são realizados considerando as diferentes necessidades especiais que os usuários podem apresentar? (Recomenda-se que as atividades apresentem roteiro flexível para compreensão e assimiladas pelos diferentes usuários).				
5.2	No processo de referência, o bibliotecário considera que as necessidades especiais do usuário podem influenciar na elaboração da questão inicial? (Recomenda-se que o bibliotecário guie a entrevista sem, jamais, adiantar as etapas sob a pena de confundir ou inibir o usuário).				
5.3	As atividades de orientação aos usuários para o acesso e uso da informação no contexto da biblioteca, como uso do catálogo (estratégias de busca) e das bases de dados disponíveis, localização de documentos nas estantes e utilização da biblioteca em geral, consideram as diversas necessidades				

	especiais que os usuários podem apresentar?				
5.4	As atividades de contação de histórias são realizadas de forma compreensível a todos, associando apresentação oral e gestual? (Recomenda-se que as atividades desse tipo também apresentem flexibilidade, especialmente quanto ao tempo de duração e a participação dos alunos, servindo como um excelente espaço de inclusão de crianças e jovens com necessidades especiais).				
5.5	A orientação à pesquisa é realizada como processo de aprendizagem segundo uma metodologia, considerando o nível de escolaridade, as limitações e o objetivo do usuário? (Recomenda-se que, na ausência de competência do usuário quanto aos procedimentos de metodologia científica para realizar a pesquisa, o bibliotecário oriente-o nesse sentido).				
5.6	A orientação à normatização de trabalhos acadêmicos/escolares, especialmente quanto às referências, é prestada de forma prática que permita aos usuários autonomia para normalizar seus trabalhos?				
5.7	Se a biblioteca promove a capacitação dos usuários no acesso e uso da informação através de computadores, esta ocorre de forma adequada às diversas necessidades especiais que os usuários podem apresentar?				
6	ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL				
6.1	A biblioteca dispõe de equipamentos para ampliação de textos, mapas e figuras em formato impresso, como lupas e régua de leitura para o atendimento de usuários com visão subnormal?				

6.2	A biblioteca dispõe de fotocopidora para ampliação de textos?				
6.3	A biblioteca dispõe de <i>scanner</i> para digitalizar documentos, a fim de realizar o reconhecimento ótico de caracteres permitindo de transcrição dos documentos para formatos acessíveis?				
6.4	A biblioteca dispõe de impressora <i>Braille</i> acoplada aos computadores disponíveis aos usuários?				
6.5	Quanto aos computadores destinados aos usuários, a biblioteca dispõe de quantidade suficiente com programas específicos e/ou Tecnologias Assistivas específicas para que as pessoas com necessidades especiais possam utilizar os recursos de informática com autonomia?				
6.6	Os teclados utilizados na biblioteca apresentam destaque nas teclas de referência (letras F e J), alfanuméricas (numeral 6) e calculadora (numeral 5)?				
6.7	A biblioteca dispõe de teclados alternativos para uso nos computadores destinados aos usuários?				
6.8	A biblioteca dispõe de <i>mouses</i> alternativos para uso nos computadores destinados aos usuários?				
6.9	Os monitores dos computadores destinados aos usuários apresentam tela de, pelo menos, 17 polegadas, possibilitando a configuração da tela para a obtenção de ampliações maiores do conteúdo?				
6.10	Os monitores dos computadores apresentam tela plana?				
6.11	Os monitores dos computadores apresentam filtro de proteção (raios catódicos) que auxiliam na digitação e leitura, diminuindo a luminosidade e melhorando o				

	contraste do monitor?				
6.12	Os monitores dos computadores apresentam suporte para elevação, permitindo que a tela seja posicionada na altura da linha mediana da visão do usuário?				
6.13	Os computadores da biblioteca dispõem do sistema operacional <i>DOS/VOX</i> ?				
6.14	Os computadores da biblioteca dispõem de <i>software</i> de ampliação de tela?				
6.15	Os computadores da biblioteca dispõem de programas ou funções que possibilitam a inversão e/ou contraste de cores?				
6.16	Os computadores da biblioteca dispõem de leitores de tela? (Recomenda-se que a biblioteca disponibilize fones de ouvido para os usuários que fazem uso de leitores de tela.)				
6.17	Os computadores da biblioteca dispõem de sistemas para entrada de voz (<i>speech recognition</i>)?				
6.18	Os computadores da biblioteca dispõem de Linhas <i>Braille</i> ?				
6.19	Os computadores da biblioteca dispõem de <i>software</i> especializado para produção de material em <i>Braille</i> ? (Incluindo programas de computador para digitalização de imagens e sua conversão para a grafia <i>Braille</i> , assim como aqueles voltados digitalização de partituras musicais e sua impressão em <i>Braille</i>).				
6.20	A equipe da biblioteca apresenta aos usuários com baixa visão, as possibilidades oferecidas pelos processadores de textos, como aumento do <i>zoom</i> , da fonte e do espaçamento, a fim de auxiliá-los?				

	(Recomenda-se tamanho da fonte de 16 a 24 pontos, estilo de letras com traçado simples como Arial, Arial Black ou Verdana, e negrito, tanto na edição como na impressão).				
6.21	A equipe da biblioteca ajusta as configurações do ambiente operacional do computador, como <i>mouse</i> , teclado, vídeo e som de acordo com a necessidade sensorial do usuário, a fim de permitir o acesso do usuário aos aplicativos e ao processo de escrita e leitura?				
6.22	A biblioteca disponibiliza para anotações caneta de ponta porosa preta, considerando que esse tipo é o ideal para pessoas com baixa visão? (No caso de lápis de escrever, recomenda-se o tipo 6B).				
7	ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA				
7.1	O regulamento da biblioteca contempla questões relativas à acessibilidade?				
7.2	O regulamento da biblioteca apresenta flexibilidade de modo que a equipe possa realizar ações necessárias à acessibilidade, embora não previstas?				
7.3	O regulamento da biblioteca contempla claramente os produtos e serviços oferecidos, especialmente aqueles que objetivam dar condições de acesso e uso à informação para PNEs?				
7.4	A política de desenvolvimento de coleções da biblioteca, consoante à legislação vigente, prevê a aquisição gradual dos conteúdos básicos do acervo em formatos alternativos como, por exemplo, <i>Braille</i> , áudio e digital?				
7.5	A política de aquisição da biblioteca prevê o contato com autores/editoras para obtenção de arquivos digitais dos conteúdos básicos do acervo, a fim de facilitar os procedimentos de transcrição dos documentos para				

	formatos acessíveis?				
7.6	O plano orçamentário da biblioteca ou da instituição mantenedora prevê recursos para a implementação e/ou continuidade da acessibilidade no contexto da biblioteca?				
7.7	As ações culturais e científicas promovidas pela biblioteca prevêem a inclusão de todos os usuários, independente de limitações físicas, sensoriais ou cognitivas?				
8	ACESSIBILIDADE ATITUDINAL				
8.1	O bibliotecário atualiza-se sobre a questão da acessibilidade, recorrendo às fontes disponíveis na área?				
8.2	O bibliotecário tem conhecimento da legislação pertinente à acessibilidade em âmbito federal, estadual e municipal? (Recomenda-se que a biblioteca adquira a legislação vigente e as normas relacionadas à acessibilidade).				
8.3	O bibliotecário tem conhecimento das Tecnologias Assistivas (TAs) que promovem o acesso e uso da informação?				
8.4	O bibliotecário tem conhecimento do custo de implementação das Tecnologias Assistivas (TAs) que promovem o acesso e uso da informação na biblioteca?				
8.5	O bibliotecário tem conhecimento das organizações não-governamentais de pessoas com limitações físicas, sensoriais e cognitivas?				
8.6	O bibliotecário busca, junto às organizações não-governamentais de pessoas com limitações físicas, sensoriais e cognitivas, consultoria quanto à adequação à acessibilidade, identificando pontos prioritários a				

	serem atendidos no contexto da biblioteca?				
8.7	A biblioteca investe na conscientização de todos da equipe de trabalho sobre as questões humanas e legais da inclusão de PNEs através do acesso e uso da informação?				
8.8	A biblioteca investe na capacitação de todos da equipe de trabalho sobre as diferentes necessidades que as pessoas com limitações físicas, sensoriais e cognitivas podem apresentar no acesso e uso da informação?				
8.9	A biblioteca investe na capacitação da equipe e dos usuários quanto ao acesso e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das Tecnologias Assistivas (TAs) que promovem a acessibilidade da informação no contexto da biblioteca?				
8.10	A equipe da biblioteca apresenta criatividade na busca de possíveis soluções aos problemas que surgem no acesso e uso da informação pelos usuários, especialmente para os que apresentam necessidades especiais sensoriais e cognitivas?				
8.11	Para exercer a função de atendimento aos usuários, a biblioteca designa funcionários que tenham perfil adequado a essa atividade? (Recomenda-se que, além da capacitação técnica para a função, a pessoa seja comunicativa, prestativa e atenta às diversas necessidades que o usuário pode apresentar independente de suas limitações).				
8.12	Os funcionários responsáveis pelo atendimento aos usuários acolhem as diferenças (limitações, físicas, sensoriais e cognitivas) de forma natural e sensível, com a mesma atenção e respeito dispensado a todos?				
8.13	No balcão de atendimento, as PNEs recebem atendimento prioritário, respeitando-se a opção das mesmas? (Recomenda-se a sinalização, no balcão de atendimento, dessa prerrogativa para que não se				

	confundam privilégios com direitos).				
8.14	Os funcionários da biblioteca oferecem aos usuários atendimento com naturalidade, sempre que necessário, independente, se estes apresentam ou não necessidade especiais?				
8.15	Os funcionários acatam com naturalidade as recusas de ajuda por parte das PNEs?				
8.16	Os funcionários da biblioteca acolhem adequadamente os usuários com limitação visual que estejam acompanhados de cão guia, no sentido de permitir o ingresso e a permanência do animal no local? (Lembrando que este é um direito garantido por lei).				
8.17	Nas primeiras visitas de uma pessoa com limitação visual e desacompanhada, a biblioteca dispõe de um funcionário como guia humano que a acompanhe nos espaços internos, descrevendo e orientando sobre o ambiente?				
8.18	Os funcionários da biblioteca acolhem adequadamente as pessoas com baixa visão, auxiliando-as se necessário e a pedido?				
8.19	A equipe da biblioteca dispõe de um funcionário intérprete de LIBRAS? (Recomenda-se que a localização habitual do interprete seja identificada com o símbolo internacional de surdez, além disso, dias e horários do atendimento devem ser divulgados.)				
8.20	A equipe da biblioteca dispõe um funcionário capacitado para ler e escrever <i>Braille</i> ?				
8.21	A equipe da biblioteca dispõe de pelo menos um funcionário articulador orofacial a fim de permitir a leitura labial de surdos oralizados?				

8.22	A equipe da biblioteca dispõe de um funcionário guia intérprete de surdo-cegos, habilitado à orientação e mobilidade de pessoas surdo-cegas no acesso e uso da biblioteca?				
8.23	A biblioteca dispõe de um meio para que os usuários possam emitir sugestões e críticas aos produtos e serviços da biblioteca? (Recomenda-se o uso de caixas de sugestões e críticas, devidamente identificadas, localizadas em local acessível e que não exija a identificação do usuário no formulário. Além disso, a biblioteca pode disponibilizar aos usuários um espaço no <i>site</i> da biblioteca como a mesma finalidade).				
8.24	A biblioteca mantém um controle de registro sobre as PNEs, identificando suas limitações e necessidades no acesso e uso da informação?				
8.25	A biblioteca realiza avaliação de seus serviços e produtos a fim de torná-los acessíveis para o maior número possível de usuários?				
8.26	Para a obtenção de recursos financeiros a biblioteca argumenta/justifica junto à instituição mantenedora quanto à importância de uma biblioteca acessível a todos, em respeito à lei e aos usuários em suas diferenças individuais?				
8.27	A biblioteca busca estabelecer parcerias com setores privados ou de capital misto que tenham interesse em investir em projetos de inclusão de PNEs através do acesso e uso da informação?				
8.28	A biblioteca atenta às oportunidades oferecidas por órgãos governamentais estaduais e municipais para a liberação de verbas de apoio a projetos específicos a PNEs?				

Fonte: NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para Bibliotecas:** um instrumento de acessibilidade para todos. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/28114>>. Acesso em: 05 jun. 2012.